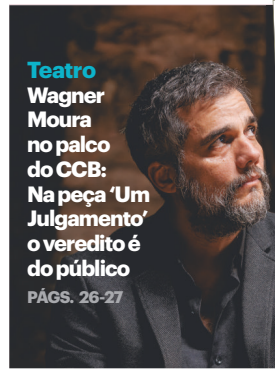




Diretor
Filipe Alves
 Diretores Adjuntos
Leonídio Paulo Ferreira
 e **Nuno Vinha**
 Subdiretoras
Cecília Carmo
 e **Margarida Vaqueiro**
 Lopes

Sexta-feira
 3.7.2026
 Diário
 Ano 162.º No. 57 244
 €2,80
www.dn.pt
 Fundado em 1864,
 o seu Arquivo
 é Tesouro Nacional



HOJE COM O **DN**

Governo quer aliança tecnológica para fabricar blindados

PÁG. 15

EPA / JUSTIN LANE



250 ANOS DOS EUA

4 de julho EUA festejam divididos os 250 anos da independência PÁGS. 6-7 • **Entrevista** Marc Plattner, cofundador do *Journal of Democracy* PÁGS. 8-9 • Portugal, o "parceiro fiável" dos Estados Unidos na Europa PÁGS. 10-11 • América de A a Z • Trump admite visitar Portugal "em breve" PÁGS. 12-13

Climatização

Escolas, tribunais e centros de saúde não estão preparados para ondas de calor

PÁGS. 16-17

Guerra

Ataque mortal russo leva Zelensky a insistir que Kiev precisa de defesas aéreas

PÁG. 20

Imigração

Contribuições de estrangeiros aceleram 161 milhões de euros de janeiro a abril

PÁG. 14

Entrevista

Tobias Adrian FMI. "A minha preocupação é que os resultados das empresas tecnológicas possam desiludir"

DINHEIRO VIVO PÁGS. 6-7



CONSULTORIA GRATUITA
 E PERSONALIZADA



alfaiatedinteriores.pt

ALFAIATE
D'INTERIORES

A SUA CASA À SUA MEDIDA



Editorial

Filipe Alves

Director do Diário de Notícias

Portugal precisa de bons líderes

Portugal tem muitos problemas conhecidos, mas há um que raramente é discutido com a frontalidade necessária: o défice de liderança. Não é um problema abstrato, nem um conceito académico. É uma realidade concreta que atravessa o Estado, as empresas, a Administração Pública, as instituições e muitas das organizações que compõem a sociedade civil.

Precisamos de bons líderes nos governos, nos partidos, no desporto, na cultura, nas empresas, nos serviços públicos, nas autarquias, nas escolas, nos hospitais e nas associações. Precisamos deles porque sem liderança não há direção, propósito e futuro.

A diferença entre um bom líder e um mau líder é simples e antiga: maus líderes servem-se; bons líderes procuram servir.

Essa é a fronteira moral que separa quem usa o cargo para si próprio de quem usa o cargo para o bem comum.

Ninguém é perfeito. Todos somos humanos, erramos e falhamos. Mas há uma linha que não pode ser perdida: o norte.

A liderança exige imperfeição consciente, não perfeição fingida. Exige humildade, não vaidade. Exige responsabilidade, não espetáculo.

A boa liderança torna o país mais produtivo, mais eficiente e mais justo.

A má liderança espalha confusão, divisão e polarização, porque vive disso, alimenta-se e prospera nesse ambiente.

A boa liderança eleva, puxa para cima e nunca para baixo. Abre portas e cria pontes. Já a má liderança explora o que há de pior nas pessoas: o medo, o ressentimento, a inveja e a raiva. E transforma isso em método político, empresarial ou institucional.

A boa liderança defende princípios e procura agir de forma coerente.

A má liderança usa os princípios como adereço e faz como frei Tomás: “Faz o que eu digo, não fazas o que eu faço.”



ORLANDO ALMEIDA

Portugal não sofre de falta de chefes. Chefes há muitos.

Não sofre de falta de barulho. Barulho há demais.

Não sofre de falta de atores performativos. Performatividade, para não dizer mesmo palhaçadas, é aquilo que mais temos neste país.

Com honrosas exceções – que também existem, seja nos governos, nos partidos, nas autarquias, nas empresas e na sociedade civil –, o que falta no nosso país é outra coisa: quem decida e assuma responsabilidades.

Falta quem faça justiça, não quem castigue. Falta quem procure a verdade, não quem encha a boca com ela.

Não falta quem ache que o país lhe deve algo. Falta quem entenda que devemos começar por pensar naquilo que podemos fazer pelo nosso país, por mu-

“

A boa liderança eleva, puxa para cima e nunca para baixo. Já a má liderança explora o que há de pior nas pessoas: o medo, o ressentimento, a inveja e a raiva. E transforma isso em método político, empresarial ou institucional.”

to que tal soe a uma frase feita.

Se queremos um país melhor, organizações mais bem geridas e instituições mais fortes, temos de começar pelo princípio: o tipo de líderes que queremos ter.

E, sobretudo, pelo tipo de líderes que queremos ser. Sem nunca esquecer que quem quer mudar o mundo deve começar por procurar mudar-se a si próprio.

DN errou: na edição do DN desta quarta-feira, 2 de julho, houve um lapso na chamada de primeira página da entrevista com Nancy Gomes (pág. 18 e 19), da autoria da jornalista Susana Salvador. A citação correta seria a seguinte: “No imaginário coletivo venezuelano, este terramoto poderá simbolizar o fim de um ciclo político.” A Nancy Gomes, à Susana Salvador e aos nossos leitores, pedimos desculpa por este lapso.

DN

Global Media Group

3.7.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cântico e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro (Cultura), Carlos Nogueira (Desporto), Nuno Braga (Economia) e Sofia Fonseca (Online) **Redatores** Adelaide Cabral, Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bártolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) Margarida Vaqueiro Lopes (Diretora Executiva) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Inovação & Novos Projetos** Sabina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Frederico Bártolo, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **Diretor Geral Editorial** Filipe Alves **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Sede:** Rua Tomás da Fonseca, Torre E - 3º Andar 1600-209 Lisboa **Morada da Redação** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º - 1250-166 Lisboa. **Tel.:** 213817679. **VISAPRESS** © Direitos de Autor Protegidos **apct**

Fax: 213 187 515; **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2025: 6 084 exps.

CARTA ABERTA AOS BANCOS

REVISÃO SALARIAL 2026: É TEMPO DE FECHAR UM ACORDO COM DIGNIDADE! OS BANCOS TÊM DEZ DIAS PARA FAZER O QUE É JUSTO

Aos Conselhos de Administração e Comissões Executivas das Instituições de Crédito,

A proposta de mediação apresentada pela DGERT veio confirmar aquilo que o SNQTB defende desde o início das negociações: os trabalhadores, reformados e pensionistas bancários merecem uma atualização salarial justa.

Após analisar a inflação, o custo de vida, a evolução das remunerações e os resultados do sector, a DGERT propôs:

- atualização salarial de 2,5% para 2025, com efeitos retroativos;
- atualização salarial de 3% para 2026;
- atualização dos limites do empréstimo para habitação.

Esta proposta constitui um reconhecimento inequívoco de que a posição dos Bancos ficou aquém do que é económica e socialmente justificável.

Os Bancos dispõem agora de 10 dias para decidir.

Apelamos às Instituições de Crédito para que aceitem a proposta da DGERT e ponham termo a um impasse negocial que já dura há demasiado tempo.

Os trabalhadores, reformados e pensionistas bancários deram provas de profissionalismo e contribuíram decisivamente para os resultados históricos do sector. É tempo desse contributo ser reconhecido.

Aceitem a proposta da DGERT. Chegou a altura de fechar um acordo com dignidade.



**SINDICATO NACIONAL DOS
QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS**



Luís Osório

Duarte Gomes

O mundo do futebol não é para gente boa e séria, diz-se. Não podia estar mais em desacordo, reformulo então: a presença de pessoas sérias é mais decisiva do que nunca no futebol. Uma equação tramada. É necessária coragem para resistir às ameaças de hordas de malquinhos amestrados por traficantes de influência que, regra geral, se escondem na penumbra.

Há muita massa a circular no futebol. Apostas, transferências, receitas, patrocínios, direitos televisivos e gente sem escrúpulos que toma as rédeas do negócio. Patos bravos que vivem confortáveis num *bas-fond* onde tudo se vende e pode comprar.

O futebol é um país à parte onde vemos democratas de referência a defender ditadores e humanistas a abraçar tiranos, tudo em nome dos superiores interesses do nosso clube, seja ele qual for.

Por tudo isto, é impossível desvalorizar a enorme coragem de Duarte Gomes. Talvez nos seja difícil imaginar as consequências para alguém que, em nome da sua consciência, denuncia ingerências nas nomeações de árbitros para que uns clubes sejam beneficiados e outros prejudicados. Duarte era diretor técnico e demitiu-se da Federação Portuguesa de Futebol por quebra de confiança com o presidente do Conselho de Arbitragem, Luciano Gonçalves. Pedro Proença chamou a polícia e o que irá acontecer é uma incógnita.

Há uns anos, Duarte Gomes tinha a filha, então bebé, ao colo, e foi, ainda assim, ameaçado no que um pai tem de mais íntimo e precioso. A coragem não é ter medo, mas fugir para a frente, é isso que define os heróis. Duarte é uma pessoa inteira e precisa de ser protegido e apoiado.



OLHAR

O presidente de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves, inaugurou ontem a exposição *O Milho: Símbolo da Resistência e Identidade Cabo-verdiana*, no Centro Cultural de Cabo Verde, em Lisboa. Um evento que serviu também para assinalar de forma antecipada a independência do país – a 5 de julho de 1975. Em Portugal desde a passada segunda-feira, José Maria Pereira Neves foi distinguido em Coimbra com a medalha da Universidade.

FOTO TIAGO PETINGA / LUSA



Nem mais, nem menos...

António Rebelo de Sousa

Das limitações psicológicas ao desenvolvimento económico

Qualquer estratégia de internacionalização de uma pequena economia aberta terá de passar pela aposta na qualidade, no *marketing* e na especialização intra-setorial.

Deste modo, importa aprofundar um conjunto de “domínios de intervenção”, tais como os da “teoria da localização empresarial”, da análise das preferências dos consumidores, do aproveitamento das actividades intersticiais e da investigação no que se refere às melhores formas de adaptação do progresso tecnológico à dotação de factores.

O Governo deveria criar condições para que os agentes empresariais pudessem aprofundar os ditos “domínios de intervenção”, implementando estratégias de desenvolvimento assentes na qualidade e na boa imagem dos produtos. Mas, como?

Dando uma boa imagem do País e aplicando políticas de estabilização macroeconómicas responsá-

veis. Reformando a Administração Pública, assegurando a existência de uma Justiça rápida e eficiente, criando infraestruturas de enquadramento geradoras de externalidades positivas e assegurando a existência de mecanismos eficientes de defesa da concorrência, reforçando-se o funcionamento de um sistema de mercado dinâmico e competitivo.

No caso da economia portuguesa, realizaram-se estudos que permitiram concluir que o coeficiente de intensidade capitalística constituiu um dos principais condicionantes do processo de desenvolvimento das estruturas produtivas internas.

Existe, por conseguinte, em Portugal um problema de *stock* de capital inadequado, o que, por sua vez, estaria na origem de combinações produtivas desajustadas das nossas necessidades desenvolvimentistas.

A ultrapassagem deste problema terá de passar por uma evolução favorável das “intenções” de investi-

mento, o que, por sua vez, está ligado à “componente psicológica” do investimento.

Todavia, a questão das “expectativas” não pode ser reconduzida ao que se convencionou designar de “expectativas racionais”, sendo de sublinhar que existe, por vezes, muito de irracional na componente psicológica do investimento.

Explicando melhor, o pressuposto da racionalidade na Teoria Económica apresenta-se, em larga medida, discutível. Por exemplo, um investidor potencial só decide racionalmente sobre a melhor forma de aplicar os seus recursos se dispuser de um mínimo de capital, sendo certo que quem disponha de 500 euros não vai fazer uma análise detalhada sobre a melhor forma de aplicar o seu capital no sistema financeiro.

Se pensarmos que existem milhões de micro-agentes que estão nessa situação, então, se agregarmos os fluxos respeitantes a esses segmentos sócio-económicos, chegamos à conclusão de que uma parte substancial do comportamento das variáveis macroeconómicas não é racionalmente explicável, antes tendo que ver com aspectos de natureza psicológica.

Eno domínio da “componente psicológica” do investimento há, ainda, a considerar o problema da “síndrome despesista”.

A “Síndrome Despesista” afecta, muito particularmente, o investimento quando se cria um quadro de “indispensabilidade de reformas estruturais” e de “ri-

gor orçamental”.

É sabido que uma economia que precisa de realizar reformas estruturais tem de passar por um período de transição, no decurso do qual se constata um acréscimo do desemprego e uma contenção da despesa. Contudo, os agentes económicos, em vez de tenderem a considerar que a referida evolução, ao propiciar uma transformação qualitativa das estruturas económicas, se apresenta positiva, optam, em regra, por uma retracção no investimento, considerando-se inevitável a recessão.

Ora, essa reacção mecanicista conduz a um comportamento contraditório dos investidores, uma vez que, por um lado, exige-se a adopção de políticas de contenção da despesa e de reestruturação da Administração Pública, libertando-se mão-de-obra excedentária, mas, por outro lado, o aumento do desemprego e a contenção da despesa levam, mecanicamente, a uma quebra do investimento privado.

Daí que se conclua que a melhor forma de, em certas circunstâncias, se “romper” com a “síndrome despesista” consiste em se conseguir ter um Estado credível enquanto agente transformador da economia e da sociedade.

Nem mais, nem menos...

Economista e professor universitário
Escreve sem aplicação do novo
Acordo Ortográfico



As ideias têm consequências

Jaime Nogueira Pinto

Quando a esquerda copia a “direita radical”

Há coisas importantes a acontecer na Europa e no mundo, além das planeadas malfeitorias dos já famosos terroristas neo-nazis dos 157 alvos, em solo pátrio, dos desmandos de outros agentes transnacionais do mal, como Donald Trump, e das alterações climáticas trazidas pelo Verão. Coisas que, vá-se lá a saber porquê, não passam nas nossas televisões, nem vêm nos nossos jornais – como, por exemplo, o facto de os fuzileiros norte-americanos terem sido recebidos como salvadores quando agora “invadiram” Caracas para prestar assistência aos venezuelanos, vítimas da tragédia sísmica e da depauperação chavista.

Ao contrário, Andy Burnham – que, ao que tudo indica, será o futuro líder dos Trabalhistas e, nessa qualidade, futuro primeiro-ministro do governo de Sua Majestade – foi aqui notícia. Notícia em jeito de boa-nova porque, para considerável alívio e júbilo dos *media* e do comentariado oficial, o provável futuro inquilino do n.º 10 de Downing Street prometia ser “mais à esquerda que Stamer”.

Ora, quem ouviu o discurso de vitória de Burnham em Makerfield – “Reindustrialização do norte de Inglaterra”? – “Ingleses decentes”? – diria estar perante um qualquer líder de hiper-extrema-direita-radical, um desses populistas básicos que não percebe a divisão do trabalho internacional e as

“

Quem ouviu o discurso de vitória de Burnham diria estar perante um qualquer líder de hiper-extrema-direita-radical.”

vantagens da deslocalização das empresas para as periferias de mão-de-obra barata.

Mas não, era mesmo Burnham, o presidente da Câmara de Manchester mais esquerdista que Stamer. Fui procurar, e no *Guardian* de sábado, 27 de Junho, encontrei a referência a um discurso de Burnham de Maio de 2025: “A ameaça do Reform [o partido nacionalista popular de Neil Farage que as sondagens colocam no topo dos vencedores de próximas eleições] significa que a esquerda tem agora de fazer mudanças que deveríamos ter feito há muitos anos... alguma coisa de novo tem de acontecer...”, dizia ele.

Pois é. E foi a partir daí, e dado o avolumar de problemas e escândalos ligados a Stamer e à sua equipa, que um *lobby* pró-Burnham se pôs a trabalhar activamente no interior do *Labour* e através do *think-tank* Com-

pass (que se descreve, com eficaz banalidade, como “um guarda-chuva reunindo a esquerda progressista, cuja soma é maior do que as partes”).

Os problemas de fundo do Reino Unido não são muito diferentes dos do resto do mundo euroamericano. Segundo o *Sunday Times*, as 200 famílias mais ricas de Inglaterra, que em 1989 eram donas de 5% do PNB, são hoje donas de 25% da riqueza nacional; faltam quatro milhões de casas e há população imigrante que não se integra, porque não a deixam, mas também porque não se quer integrar; e há escândalos, como o dos *gangs* de asiáticos violadores, que a polícia inglesa deixou por investigar por temer acusações de “racismo”.

Burnham é um político de carreira que foi ministro do “*New Labour*” de Blair e um grande entusiasta da desastrosa invasão do Iraque. Como já não era membro do Parlamento, avançou para Makerfield, onde venceu com 54,8% dos votos, contra os 34,5% de Rob Kenyon, do Reform, e os 6,8% de Rebecca Shepherd, do Restaura (o novo partido ainda mais à direita do que o Reform). Os Conservadores, os Liberais e os Verdes não chegaram ali aos 5%.

O Reino Unido está a mudar.

*Político e escritor
O autor escreve de acordo com a antiga ortografia*



Direito a pensar

Alexandra Leitão

Em defesa dos valores da União Europeia (e uma nota nacional)

Na semana passada soube-se que uma delegação do governo do Afeganistão esteve em Bruxelas num encontro com representantes da Comissão Europeia, a convite desta. Há pouca informação sobre esta reunião, mas tudo aponta que o tema foram as deportações de refugiados e imigrantes afegãos, designadamente os que tenham sido condenados pela prática de crimes. Terá sido, como foi divulgado, um encontro técnico para reforçar repatriações de afegãos sem direito a ficar na Europa. Do lado europeu estariam responsáveis da Comissão Europeia e de 15 Estados-membros.

Claro que o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão veio logo classificar esta reunião como um “encontro histórico”, aproveitando para pedir a reativação da rede consular na Europa.

Esta pode ser já uma consequência da entrada em vigor do novo Pacto em Matéria de Migração e Asilo da União Europeia, aprovado no Parlamento Europeu (PE) entre gritos de “*send them back*” dos deputados da extrema-direita, e que tem sido criticado pela ONU, através do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, por várias organizações de Direitos Humanos e pelas Igrejas cristãs, designadamente pela Comissão das Con-

ferências Episcopais da União Europeia da Igreja Católica.

O regime talibã, que é classificado pelas Nações Unidas como um sistema de *apartheid* de género, em que as mulheres foram sistematicamente apagadas da vida pública, banidas do ensino, impedidas de trabalhar, proibidas de viajar ou de sair de casa e até de falar em público, o que já levou o Tribunal Penal Internacional a emitir mandados de captura internacionais contra dois líderes do regime talibã. Deportações para um país com este regime colocam especiais questões humanitárias. O Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados já afirmou que o Afeganistão não pode ser considerado seguro para regresso, devido ao agravamento da situação dos Direitos Humanos.

Em maio de 2026, o PE aprovou uma resolução sobre a situação das mulheres e raparigas no Afeganistão, na sequência da aprovação de um Código Penal que legaliza a violência doméstica, criminaliza as mulheres que procuram protecção contra abusos, institucionaliza castigos corporais que equivalem a tortura, reconhece a escravatura, prescreve a pena de morte sem garantias de um julgamento justo, concede aos maridos autoridade discricionária para punir as esposas por desobediência, sujeita as mulheres que abandonam o Islão a prisão por tempo indeterminado e institucionaliza

a discriminação com base no género, religião e estatuto social.

O Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos no Afeganistão afirmou que “o encontro com os Talibã em Bruxelas é um insulto para todos os afegãos, em especial as mulheres”. O próprio Governo belga discordou da entrada desta delegação no seu território e emitiu um visto de apenas um dia.

O artigo 2.º do Tratado da União Europeia estabelece que esta se funda nos “valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos Direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.”

A decisão de convidar representantes do regime talibã para vir à Europa reunir oficialmente com a Comissão Europeia é eticamente reprovável e contraditória com os valores fundamentais da União Europeia.

Nota: O caos instalado nos Exames Nacionais, que prejudica tantos e tantos jovens num momento crucial das suas vidas, é inédito e de uma gravidade extrema, exigindo explicações cabais. O desmantelamento dos serviços do Ministério da Educação que este ministro tem metódica e implacavelmente levado a cabo, e sobre o qual já escrevi nestas páginas, não é seguramente alheio a este enorme embaraço nacional. É preciso retirar as necessárias consequências políticas.

Vereadora na Câmara Municipal de Lisboa eleita pelo PS

4 DE JULHO

Sob a batuta de Trump, EUA festejam divididos os 250 anos da independência

COMEMORAÇÕES Organismo bipartidário criado há dez anos pelo Congresso para preparar o evento ficou para segundo plano diante de outro apoiado pelo presidente. Organização promete o maior fogo de artifício de sempre em Washington, depois de um discurso de Trump.

TEXTO SUSANA SALVADOR

A celebração dos 250 anos da Declaração de Independência devia ser um evento para reforçar a união dos Estados Unidos da América. Mas, numa era de incerteza econômica, em que os ganhos de Wall Street parecem não chegar ao bolso dos cidadãos comuns, cada vez menos crentes na ideia do “sonho americano”; de envolvimento em conflitos externos, apesar da promessa eleitoral de não o fazer; e de polarização política, em que ganham força os extremos, a festa é mais um sinal da divisão que se vive no país.

O presidente norte-americano, Donald Trump, que para muitos dos seus críticos representa a maior ameaça à democracia desde que as 13 colônias originais declararam a independência face ao Reino Unido, em 1776, apropriou-se desta ocasião. Segundo uns, politizou-a, transformando-a em mais um palco para o seu movimento *Make America Great Again* (Tornar a América Grande de Novo ou MAGA). Segundo outros, deturpou-a, ao centrar as atenções nele próprio.

A comissão bipartidária criada em 2016 pelo Congresso para or-

ganizar as comemorações, a “América 250”, ficou para segundo plano diante da “*Freedom 250*” (Liberdade 250) de Trump – que acabou por beneficiar da maior parte dos recursos federais destinados à celebração. A primeira organizou vários eventos, incluindo um concerto previsto para este sábado em Los Angeles e uma cápsula do tempo com itens de cada estado, enquanto a segunda se focou nas celebrações previstas para Washington.

O National Mall será palco do grande evento de celebração do 4 de Julho, que incluirá um discurso do presidente – que foi criticado porque apelidou a iniciativa “Comício de Trump”. Antes, no lança-

Críticos acusam Trump de politizar as comemorações, transformando-as em mais um palco para o MAGA, e de deturpá-las, ao centrar as atenções em si próprio.

mento das comemorações, a 24 de junho, já tinha realizado “o comício para acabar com todos os comícios”, depois de uma série de artistas inicialmente anunciados como participantes terem desistido, alegando preocupações com a politização da iniciativa. Nessa ocasião, Trump recorreu ao seu habitual tom autoelogioso para alegar que os EUA estão melhores por causa da sua Presidência.

Depois do discurso deste sábado, haverá o habitual espetáculo de fogo de artifício, mas não será como noutros anos – em que costumam ser usados 20 mil explosivos de efeito pirotécnico. Será “o maior espetáculo de fogo de artifício da história”, com a organização a querer bater o recorde do *Guinness* disparando entre 850 mil e 860 mil engenhos deste género. Serão 40 minutos.

O foco das comemorações é o National Mall, que durante semanas centrou a atenção de Trump por causa do espelho de água do Memorial de Lincoln. Um dos muitos projetos de reabilitação que o presidente empreendeu em Washington, para lá da construção do Salão de Baile na Casa Branca ou do previsto



Todos os estados deviam estar na Grande Feira Estadual Americana, mas pelo menos sete recusaram estar presentes.

EPH / JIM LO SCALZO



Vedação à volta do espelho de água do Memorial de Lincoln (que teve obras polémicas) por causa do fogo de artifício.

Arco Triunfal de 250 pés de altura (76 metros), numa referência ao aniversário da independência.

Nenhum destes deverá ficar concluído tão cedo, ao contrário



tou um pouco insegura sobre como será a festa de aniversário no 4 de julho de 2026, quando Donald Trump e os seus acólitos celebrarem o 250.º aniversário de uma democracia que, rápida e intencionalmente, tornaram menos democrática. Semana após semana, lei após lei, decisão após decisão, temos assistido a muitas das nossas liberdades constitucionais – os pilares sobre os quais a democracia se constrói – serem comprometidas, corroídas ou obliteradas”, acrescentou.

Trump, que insiste na contestação aos resultados das presidenciais de 2020, optou pela radicalização do discurso no seu regresso à Casa Branca em 2025. Tem governado por decreto, procurando contornar o papel do Congresso (apenas para ser travado, em alguns casos, pelos tribunais), e lançou a guerra no Irão sem autorização prévia. Mesmo com maioria republicana na Câmara dos Representantes e no Senado, ambas já votaram para tentar obrigá-lo a pedir essa autorização (os senadores acabaram por recuar).

A situação não é mais fácil com o Supremo Tribunal, de maioria conservadora. Ainda esta semana, o tribunal rejeitou a tentativa de Trump de restringir a cidadania por nascimento (garantindo que todos os que nascem nos EUA são cidadãos, independentemente do estatuto legal dos pais) e validou os votos por correspondência no Mississípi, mesmo que cheguem após o dia da votação. Mas o Supremo também lhe deu vitórias, permitindo que demita reguladores independentes e validando a proibição, em alguns estados, de atletas transgénero competirem em equipas femininas em escolas e universidades.

Cerca de nove em cada dez norte-americanos inquiridos pela AP-NORC dizem que o direito de voto é “extremamente” ou “muito” importante para a identidade dos EUA, sendo que cerca de dois terços consideram que este está ameaçado de alguma forma. Apenas 28% sentem muito orgulho no funcionamento da democracia, uma descida face aos 42% registados em 2017. E, por fim, apenas um terço do público acredita que o “sonho americano” está vivo, com metade a dizer que, embora esta ideia de que, com trabalho árduo, é possível prosperar tenha sido real em algum momento, já não o é.

Trump pode visitar Portugal “em breve”

Numa mensagem de vídeo gravada a partir da Casa Branca o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, expressou a sua admiração por Portugal, elogiou a qualidade dos campos de golfe nacionais e sugeriu que faria uma visita oficial ao país num futuro próximo.

A declaração foi partilhada pelas contas oficiais da Embaixada dos EUA em Lisboa, no âmbito das celebrações do 4 de Julho, data que, este ano, tem particular importância histórica pois assinala o 250.º aniversário da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

No centro da mensagem presidencial esteve a figura do atual embaixador norte-americano em Lisboa, John J. Arrigo, de quem Trump se diz “grande amigo”. “Dei-lhe a oportunidade de escolher o país onde queria servir e ele escolheu Portugal. E talvez seja por causa dos vossos excelentes campos de golfe”, afirmou Donald Trump na gravação.

Além das referências ao golfe e à forte cumplicidade com Arrigo, o presidente norte-americano reforçou a solidez dos laços bilaterais com o Estado Português. “Adoramos Portugal e estamos ansiosos por vos ver um dia, talvez em breve”, declarou Donald Trump.

A reação da representação diplomática em Lisboa não tardou. Numa publicação na rede social X (antigo Twitter), a equipa diplomática agradeceu o gesto e destacou o orgulho do embaixador em servir no país: “Foi uma honra que o presidente Trump tenha gravado esta mensagem (...). Obrigado, Presidente Trump, e parabéns pelos 250 anos de independência, América.” **R.S.F.**



Donald Trump vai discursar no evento do 4 de Julho em Washington, antes do espectáculo de fogo de artifício – que promete durar 40 minutos e bater o recorde do Guinness.

do espelho de água que ficou pronto dias antes do aniversário da independência após ter ultrapassado os custos previstos. O espaço acabou por voltar a ficar cheio de algas, que o deixaram de cor verde – em vez do “azul bandeira” prometido por Trump –, tendo também havido problemas com o revestimento que se começou a soltar. O presidente chegou a alegar sabotagem.

Outro ponto alto dos eventos é a Grande Feira Estadual Americana, que está a decorrer até 10 de julho e visa mostrar o que de me-

lhor há na América. A ideia era ter a representação de todos os 50 estados, mas pelo menos sete liderados por democratas recusaram estar presentes. Embora a maioria tenha apontado razões financeiras e logísticas, houve quem alegasse que o evento se estava a tornar excessivamente partidário e demasiado associado à marca política de Trump.

Deterioração da democracia

Uma sondagem do Centro de Investigação de Assuntos Públicos da AP-NORC da Universidade de

Chicago, feita em abril, concluiu que quatro em cada 10 adultos nos EUA sentem-se “orgulhosos” com esta comemoração e cerca de um terço diz estar “entusiasmado”. Mas um quarto dos inquiridos diz sentir-se “em conflito” e um número semelhante declarou-se “indiferente” nesta ocasião.

“Sou totalmente a favor da celebração da democracia. O bicentenário foi divertido”, lembrou num artigo de opinião no jornal *The Guardian* a autora Francine Prose, de 79 anos, recordando as festas de 1976. “Mas es-

EPA / JIM LO SCAIZO

EPA / SAMUEL CORIUM / POOL

Marc Plattner

“Se me perguntarem qual a coisa mais importante que permitiu aos EUA prosperar, eu diria a Constituição”

ANIVERSÁRIO De passagem por Portugal para o *Estoril Political Forum*, Marc Plattner, cofundador do *Journal of Democracy*, falou ao DN sobre os desafios dos EUA no momento em que celebram 250 anos da Declaração de Independência – desde preservar a herança dos Pais Fundadores a lidar com a concorrência da China pela supremacia mundial.

TEXTO HELENA TECEDIRO FOTO PAULO SPRANGER

Este ano, os EUA comemoram os 250 anos da Declaração de Independência. Como americano, o que significa esta data para si?

Em grande parte, é algo a ser celebrado. Penso que as ideias e instituições criadas há 250 anos, ou pouco depois, resistiram ao teste do tempo. No geral, estiveram muito bem. Mas estamos num período um pouco perigoso agora. E isso gera um misto de celebração e preocupação.

“Independência num Mundo Interdependente – Comemorando os 250 Anos da Declaração de Independência” foi o título do Estoril Political Forum em que participou. Sei que gosta de analisar as palavras usadas para descrever os temas. Como encara a palavra “independência” hoje em dia?

Em primeiro lugar, significa não estar sujeito a qualquer outro poder, os cidadãos de um país independente decidem por si próprios as políticas que o seu país deve seguir. E embora possam cooperar internacionalmente em todo o tipo de assuntos, e fazem-no, em última instância, a decisão cabe ao país soberano. Nos EUA, isto centra-se na Constituição. É notável o consenso a favor da sua preservação. Apesar de todas as disputas, esta tem sido, até agora, a única certeza que tem sustentado a opinião pública. Em grande medida, continua a sê-lo. Os tribunais tentam reforçar a Constituição. O execu-

tivo e o legislativo, nem sempre. E este tem sido um período particularmente difícil para os EUA, nestes termos.

Há 250 anos, o que Lin-Manuel Miranda descreve no musical Hamilton como “um exército de voluntários desorganizados e a precisar de um banho” conseguiu, de alguma forma, “derrotar uma superpotência global”.

E conquistada a independência de Inglaterra, os EUA acabam por, mais tarde, se tornar eles próprios a única superpotência. O sistema que os Pais Fundadores, como Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro, construíram com base nos princípios da soberania popular, separação de poderes, freios e contrapesos, federalismo e proteção dos direitos individuais inalienáveis foi o que tornou possível essa evolução?

É isso mesmo. Homens notáveis, e não só os estadistas, mas também os combatentes revolucionários e outros, que defenderam o que parecia uma causa perdida, conseguiram, no fim, alcançar a vitória, que conduziu à verdadeira independência.

Essa é a base para se tornar uma grande nação e ter o poder que isso acarreta?

Certo. Obviamente, houve outros fatores, como ter um continente inteiro, muitos recursos naturais, grandes rios e assim por diante. Temos a famosa obra de Tocqueville, *A Democracia na América*,

mas cerca de 50 anos mais tarde, James Bryce escreveu um livro chamado *The American Commonwealth* que aborda, em muitos aspetos, os mesmos temas que Tocqueville. No entanto, Bryce critica Tocqueville por tentar atribuir tudo sobre os EUA ao impacto da igualdade, e afirma que Tocqueville nos ensina mais sobre a democracia em abstrato do que sobre o que fez da América o que ela é hoje. Estes fatores obviamente combinam-se. Mas, mais uma vez, se me perguntarem qual é a coisa mais importante que permitiu aos EUA prosperar, eu diria que é a Constituição e as instituições baseadas na Constituição. Depois, claro, há o princípio da Declaração de Independência de que todos os homens são criados iguais e possuem di-

“Existe uma diferença ideológica real, mas a ideologia não é o foco da disputa, neste momento, entre China e EUA. A questão agora é saber qual o país que pode ter mais sucesso económico, cultura [e militar].”

reitos inalienáveis, e que o propósito do governo é garantir esses direitos.

Falou dos desafios ao sistema político e aos três poderes: legislativo, executivo e judicial. Por vezes, há quem desafie uma ou outra parte deste sistema, mas ninguém conseguiu mudar. 250 anos depois, provou que ainda funciona?

Concordo plenamente. De certa forma, este sistema está a enfrentar um teste ainda maior neste momento, em parte devido ao que está a acontecer a nível global, mas também nos EUA. O meu trabalho nas últimas décadas não se tem centrado na América, mas na democracia no mundo. Muitos dos problemas que afetam agora os EUA, afetam também outros países, tanto democracias como regimes não-democráticos. Vivemos tempos difíceis. Grandes transformações estão a ocorrer. Ninguém sabe ao certo para onde isto vai. Mas, na minha opinião, se as coisas forem conduzidas com moderação, sobriedade e cuidado, seremos capazes de nos adaptar às novas tecnologias e a outras questões. Uma delas é a democracia. Já escrevi muito sobre por que devemos sempre pensar em termos de democracia liberal, o que significa direitos individuais e a regra da maioria.

Mas, de alguma forma, estamos a viver numa era



Marc Plattner esteve em Portugal para participar no Estoril Political Forum.

de democracia iliberal...

Sim, ainda me lembro de quando li o discurso de Orbán pela primeira vez, em 2014, no qual ele defendia a democracia iliberal. Esta forma de pensar espalhou-se. E está a chegar, em certa medida, aos EUA. Antigamente, ninguém criticava a Constituição ou os princípios básicos em que se baseava. Mas isso já não acontece. Alguns setores da direita estão a questionar o ideal liberal e a defender que temos de encontrar novas formas de pensar. Mas não dizem quais, que forma assumiriam e que tipos de instituições, diferentes das que temos agora, poderíamos adotar.

Para si a democracia devia andar sempre de mãos dadas com o liberalismo?

Há um debate entre os politólogos. Em princípio, democracia é diferente de liberalismo. Por exemplo, na Antiguidade Clássica, havia lugares, como Atenas, que eram democracias mais puras do que a nossa. Mas não tinham qualquer noção de direitos individuais. Seguindo algumas definições, isto pode ser democracia. Mas não é o tipo de democracia que os EUA têm, nem o que desejaríamos para os nossos países.

Após a Primeira e a Segunda



Guerras Mundiais, a Europa habituou-se a ver os EUA como os seus salvadores. Hoje está a ter dificuldades em lidar com uma realidade diferente?

Isso também se aplica aos cidadãos americanos. Os meus amigos europeus perguntam-me sempre o que se passa nos EUA. E eu respondo: “Gostava de poder dar uma boa explicação. Algo está a enfraquecer o nosso poder.” Não há consenso. Não há acordo sobre o que faz da América o que ela sempre foi e o que eu acho que deveria continuar a ser. **Quando pensamos na grandeza da América, um momento que vem à mente é 1969 – o homem na Lua. Esse foi um momento decisivo para consolidar a imagem dos EUA como “A” superpotência global, mesmo no auge da Guerra Fria?** Bem, eu ia dizer que o outro fator mais importante é a derrota da União Soviética e o colapso do comunismo. É não apenas um colapso geopolítico, mas um colapso no âmbito das ideias. Reforçou a noção de que os EUA sempre foram um país do futuro, no sentido em que acreditavam no seu destino de liderar a Humanidade. E os países comunistas aceitaram todos estes princípios. A *Carta de*

Paris, por exemplo, foi um acordo assinado em 1990 que juntou líderes americanos, da Europa Ocidental, mas também da Europa de Leste e da ex-União Soviética em que concordaram com um conjunto de princípios. Eram princípios democráticos liberais, incluindo o empreendedorismo e outros considerados como o cerne do capitalismo, que estavam a ser adotadas pelos nossos inimigos comunistas. Isso teve grande impacto na moral dos americanos. Sentimos que éramos a única superpotência. Foi um período curto, mas...

Falando desse período durante a Guerra Fria, com os EUA de um lado e a União Soviética do outro, foi uma verdadeira batalha entre duas ideologias? Diferente da batalha que há hoje entre EUA e China, que parece não ter exatamente uma ideologia para vender como alternativa à americana?

Não sou especialista em China. É um país difícil de compreender. Muitas pessoas têm dito que o Partido Comunista Chinês só usa este nome, mas já não existe verdadeiramente. Penso que é um erro. É verdade, abandonaram certos aspetos do comunismo, mas ainda ensinam marxismo e

leninismo nas escolas e falam sobre a construção do socialismo. Portanto, existe uma diferença ideológica real, mas a ideologia não é o foco da disputa, neste momento, entre China e EUA. A questão agora é saber qual o país que pode ter mais sucesso económico e cultural...

Militarmente também...

Absolutamente. Mas neste momento, para descontentamento de alguns americanos, os EUA já não encaram a competição sobretudo como uma disputa ideológica. Alguns ainda dirão que a China é uma ditadura, e não é isso que queremos para nós. É verdade. Mas não creio que haja necessidade de ensinarmos às nossas crianças nas escolas sobre o comunismo, o que tem de errado, ou denegrir a China o tempo todo, embora ache que é um país bastante assustador. E têm sido notavelmente bem-sucedidos económica, geopolítica e militarmente. Há quem diga que a China já atingiu o pico de crescimento utilizando o modelo atual. E se tentar prosseguir da mesma forma, irão inevitavelmente enfraquecer. Espero que seja esse o caso, mas não tenho a certeza se é.

Os EUA são a primeira potência económica e militar do mundo, mas a América também possui um soft power forte —

Hollywood, a música, têm as melhores universidades do mundo, etc. É um trunfo que também explica a influência dos EUA, ou está a enfraquecer?

Sabe, a organização onde trabalhei durante muitos anos, da qual estou reformado, mas ainda faço parte do conselho de administração, é a National Endowment for Democracy. Foi fundada com base no princípio de que o que importa na competição não são apenas as questões militares e económicas, mas uma espécie de batalha de ideias. Esse era o foco, nos anos 90 e no início dos anos 2000. Mas os americanos continuam agarrados às suas ideias fundacionais, e já não existe o mesmo sentido de estarem empenhados numa luta ideológica.

Os EUA têm eleições intercalares em novembro; republicanos e democratas parecem estar cada vez mais a radicalizar-se. Ainda há margem para um compromisso no meio-termo?

Tem vindo a tornar-se mais difícil, mas as coisas mudam muito rapidamente na política. Se o presidente Donald Trump e o Partido Republicano sofrerem

“Há muitas razões para criticar o estado atual dos EUA, mas a ideia de que se possa substituir a democracia liberal por outra coisa sem que isso leve ao colapso, à rutura ou a crises regionais é difícil para mim de imaginar.”

uma grande derrota, isso pode mudar as coisas drasticamente. É impressionante como a taxa de aprovação de Trump continua a cair. Mas eu costumo criticar quem descarta os EUA demasiado depressa, sem perceber que o país tem essa resiliência. Ora, Trump, apesar do que se possa dizer sobre ele, também é assim. Quando pensamos que está em baixo, ele consegue, de alguma forma, reerguer-se. Ainda assim, penso que há um grande descontentamento, em parte por causa de pequenas coisas como a mudança do nome do Kennedy Center para Trump-Kennedy Center, ou a construção de um arco celebratório, etc. São coisas que vão contra o espírito democrático.

Não sabemos o que vai acontecer nas eleições de novembro, muito menos nas presidenciais de 2028. Mas quando olhamos para os EUA de fora, no Partido Republicano vemos dois potenciais candidatos a suceder a Trump: JD Vance e Marco Rubio. Já quando olhamos para o Partido Democrata, é menos claro...

Sim, e quando se fala em polarização, o lado republicano assenta em ideias ou atitudes mais fortes. No caso dos democratas, é menos claro o que representam, em parte porque têm divisões internas. Portanto, as grandes questões são: o que vai acontecer a Trump? A sua popularidade vai continuar a cair e, logo, os republicanos vão sair-se mal? E do lado democrata, vão encontrar alguém que consiga unir o partido? Barack Obama foi notável nesse sentido. Não sou grande fã da sua Presidência, mas, como candidato, foi incrivelmente eficaz, reunindo uma coligação de apoio e mudando a perceção das pessoas. Lembro-me de os euro-

peus, mais do que os americanos, me dizerem na altura: “É incrível como vocês conseguem trazer à tona estas personagens de que nunca tínhamos ouvido falar e que têm estas qualidades.” Quem sabe, talvez haja um democrata à espreita nos bastidores agora que seja semelhante.

Donald Trump é o presidente que lidera a celebração deste aniversário. Aproveitará a oportunidade para promover a união ou não impedirá a divisão?

Não creio que ele queira dividir o país como um objetivo em si mesmo. Não creio que seja anti-americano ou que procure criar divisões. No entanto, esse é o resultado de algumas das suas políticas. Embora o lema “*Make America Great Again*” deva ser patriótico, pelo menos na sua essência, por vezes o resultado é o que estamos a ver.

Para terminar: se tivesse de escolher um herói americano, nestes 250 anos de história, que seja praticamente unânime, quem escolheria?

Tenho dois, mas são os mais óbvios. São George Washington e Abraham Lincoln. Washington foi quem primeiro triunfou durante a revolução em circunstâncias incrivelmente difíceis. Demitiu-se após dois mandatos como presidente, o que era quase inédito na altura. Teria sido eleito novamente por aclamação se assim o entendesse, mas ele acreditava que uma república precisava de uma mudança na liderança, e foi por isso que recusou a candidatura. Quanto a Lincoln, era um homem extraordinário. Isso é evidente ao ler alguns dos seus grandes discursos. Tinha uma perspicácia, uma força e uma apreciação da democracia que considero incomparáveis. As pessoas falam de uma nova forma de democracia pós-liberal que está a surgir. Mas o que significaria para os EUA se deixassem de ser uma democracia liberal? Toda a história do país, a sua cultura, a veneração por Washington e Lincoln estão tão profunda e intrinsicamente ligadas à nossa história, que o que seríamos nós? O que significariam os EUA se não representassem estas coisas? Há muitas razões para criticar o estado atual do país, mas a ideia de que se possa substituir a democracia liberal por outra coisa sem que isso leve ao colapso, à rutura ou a crises regionais é difícil para mim de imaginar.

Portugal, de pioneiro a reconhecer os EUA a “parceiro fiável” hoje

ALIADO Relação entre EUA e Portugal data logo do século XVIII. Depois, houve quem, como Andrade Corvo, defendesse criar uma aliança entre os dois vizinhos atlânticos. Com a fundação da NATO essa visão concretizou-se, muito pelo valor estratégico dos Açores. Trump sugeriu agora poder visitar o país, talvez em breve.

TEXTO LEONÍDIO PAULO FERREIRA

Foi com vinho da Madeira que os rebeldes americanos brindaram, a 4 de julho de 1776, à Declaração de Independência. É um dos elementos simbólicos das relações entre Portugal e a América, assim como o é o soldado Peter Francisco, “celebrado pela comunidade luso-americana como o maior exemplo histórico de coragem e contribuição portuguesa para a fundação dos EUA”, afirma Francisco Resendes, diretor do *Portuguese Times*, jornal de New Bedford.

Chegado criança ao outro lado do Atlântico, Peter Francisco terá nascido na Terceira, mas se falta prova absoluta do facto, ninguém duvida da sua bravura contra os britânicos, e até George Washington o elogiou. Acrescenta Resendes que “a memória de Peter Francisco e o reconhecimento da sua ação na Guerra da Independência está perpetuada em monumentos em New Bedford, Massachusetts, e em Greensboro, na Carolina do Norte”, embora reconheça “que a maioria dos americanos desconhece a origem portuguesa”, sendo até provável “que tenham mais conhecimento acerca de John Phillip Sousa, o compositor e maestro conhecido como o *Rei das Marchas*, filho de um português”.

O músico John Phillip Sousa, o escritor John dos Passos, o Nobel da Medicina Craig Mello ou o cientista Ernest Moniz, que integrou a Administração Obama, são alguns lusodescendentes referidos quando se trata de ilustrar a relação. Simbolizam o sucesso na integração de uma comunidade que é, na sua maioria, de origem açoriana, mas conta com milhares e milhares de continentais e madeirenses.

“A comunidade portuguesa, que desde a segunda metade do século XIX assentou arraiais em estados como Massachusetts, Rhode Island, New Jersey, Nova Iorque, Califórnia e Havai, tem demonstrado uma extraordinária capacidade de integração nas sociedades de acolhimento nos vários estados e isso está demonstrado a todos os níveis, sobretudo social, económico e político, onde existem personalidades lusodescendentes a ocupar cargos do mais alto nível e que, além de contribuírem para o progresso do país adotivo, são também exemplos de bons portugueses pela forma como preservam a sua herança cultural”, sublinha Resendes, que fala de 1,4 milhões de portugueses e lusodescendentes. São influentes na definição da relação, até por elegerem quatro congressistas, nomes como o democrata Jim Costa ou o republicano David Valadao, visitantes habituais de Portugal, graças sobretudo às iniciativas da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Mais relevante nas relações do que o brinde com Madeira ou as façanhas de Peter Francisco é Portugal ter sido o terceiro país a reconhecer a nova nação, através de um decreto de D. Maria I, em 1783. Mas importa falar também dos portugueses no que são hoje os EUA antes sequer de as 13 colónias terem sido fundadas. Falo de Estêvão Gomes, que na década de 1520 explorou a costa leste, e de João Rodrigues Cabrilho, igualmente ao serviço dos espanhóis, que foi o descobridor da Califórnia, tendo desembarcado na atual San Diego em 1542. Apesar de o cronista espanhol Antonio de Her-

ra y Tordesillas o identificar como português, uma historiadora canadiana defende agora que seria andaluz, mas Paulo Afonso, professor em Sacramento, tem encontrado argumentos a reforçar a tese de Cabrilho *vs.* a de Cabrillo.

“O descobridor português foi o primeiro europeu a chegar ao Oeste dos EUA, estabelecendo San Diego como a cidade berço da Califórnia. João Rodrigues Cabrilho foi o pioneiro da nossa comunidade portuguesa, que permanece até hoje moldada pela sua forte vocação marítima. A estátua de Cabrilho, com o padrão português, simboliza a nossa presença histórica nesta região e o símbolo de quem somos”, realça Idalmiro da Rosa, cônsul honorário em San Diego.

Autor de *História das Relações Portugal - EUA (1776-2015)*, Tiago Moreira de Sá assinala a importância do reconhecimento pioneiro pelo governo de D. Maria I: “Podia ter sido uma verdadeira revolução na política externa portuguesa e mesmo um ponto de viragem na História de Portugal. Não só Portugal foi dos primeiros países a reconhecer a independência dos EUA, como o português Andrade Corvo foi depois o primeiro a ter uma grande visão para o relacionamento entre os EUA e a Europa, com Portugal como ponte de ligação entre as duas margens do ‘Lago Atlântico’.”

Destacando o lado visionário de um intelectual que foi ministro dos Negócios Estrangeiros na segunda metade do século XIX, o historiador, hoje eurodeputado, afirma que “vale a pena recordar o que Andrade Corvo escreveu numa das suas obras mais importantes, intitulada *Perigos*: ‘Ativam-



Estátua de João Rodrigues Cabrilho em San Diego. O navegador português foi o primeiro europeu a visitar a atual Califórnia, ao serviço de Espanha.

-se de dia para dia as relações entre os Estados Unidos e a Europa. Atraída pela sua simpatia com o movimento democrático, chamada pelos seus vastos interesses comerciais a unir-se cada vez mais com o antigo mundo, impelida pela sua própria grandeza a entrar no largo movimento da civilização e da vida política dos estados europeus, a república dos Estados Unidos precisa ter, seguro e franco, o acesso à Europa. A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à república americana.”

Se na Primeira Guerra Mundial uma base naval americana em São Miguel comprovou a importância estratégica dos Açores, a Segunda Guerra Mundial, e a Guerra Fria que se seguiu, fez do arquipélago um ativo tão valioso que pôs Portugal entre os fundadores da NATO. “Foi o reconhecimento do valor estratégico dos Açores: Portugal entrou na NATO como membro fundador por causa da Base das Lajes, identificada num estudo das Forças Armadas Americanas, no final da Segunda Guerra Mundial, como uma das três bases militares ‘essenciais’ para a projeção do poder dos EUA no exterior, desde logo na Europa, mas, como se viu mais tarde, também no que hoje chamamos o espaço MENA”, acrescenta Moreira de Sá, referindo o Médio Oriente e o Norte de África. “Esta realidade estratégica e geopolítica traduziu-se no pós-1945 na dupla aliança entre Portugal e os EUA: a aliança bilateral, formalizada pelo acordo de cooperação militar luso-americano cujo epicentro é a Base das Lajes; e a aliança multilateral traduzida na NATO. Para demonstrar a importância estratégica do país sublinhe-se que Portugal foi a única não-democracia a integrar a NATO, vista por muitos como uma ‘liga das democracias’”, sublinha.

Esse momento, em que o Portugal salazarista (anticomunista e portanto anti-URSS) é convidado para a “liga das democracias”, onde estavam o velho aliado britânico e a França, é o reconhecimento do valor do arquipélago no meio do Atlântico, onde já no século XIX os baleeiros americanos recrutavam tripulantes. “A emergência da Guerra Fria veio reforçar a importância geoestratégica do arquipélago açoriano e da base militar que os EUA aí utilizavam desde 1944, primeiro em Santa

“O descobridor português João Rodrigues Cabrilho foi o primeiro europeu a chegar ao Oeste dos EUA, estabelecendo San Diego como a cidade berço da Califórnia.”

Idalmiro da Rosa
Cônsul honorário em San Diego

Maria e depois na Terceira. O convite para Portugal ser membro fundador da NATO tinha por objetivo principal enquadrar a base dos Açores num contexto multilateral”, explica Luís Nuno Rodrigues, doutorado em História Americana pela Universidade do Wisconsin, autor de livros como *Kennedy-Salazar: A Crise de Uma Aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*.

É durante a efémera Administração Kennedy que se dá um dos momentos mais tensos da relação, explica Rodrigues: “Sobretudo durante a Presidência de John F. Kennedy, houve uma divergência entre a política seguida pelos EUA em África (com o slogan ‘Africa is for the Africans’) e a posição da ditadura de resistência aos ventos de mudança e à descolonização. O começo da guerra em Angola, em 1961, acentuou esse distanciamento, mas no final da década de 1960, já com a Presidência de Nixon, podemos falar de uma reaproximação entre os dois aliados.”

Dennis Redmont, jornalista americano hoje a viver em Portugal, que nos anos 1960 veio como correspondente da AP e foi expulso pela PIDE, recorda que na época “os americanos viam Portugal como um país triste e pobre, governado por uma ditadura duradoura, e detentor de um vasto e misterioso império colonial que começava a dar sinais de rutura”.

A presença na NATO nunca esteve, porém, em causa no período da Guerra Colonial, tal como não esteve durante o PREC, apesar da influência da extrema-esquerda no MFA e da capacidade de mobilização do PCP. E, nesse imediato pós-25 de Abril de 1974, um americano destacou-se no apoio a Mário Soares e outros democratas para que o país ficasse no campo Ocidental: Frank Carlucci.

“O embaixador dos EUA, pela

sua experiência e, porventura, pela sua capacidade de agir no terreno, desempenhou um papel importante na estratégia dos EUA para Portugal. Mas, no fundo, Carlucci foi o rosto de uma manobra mais concertada do Ocidente, no sentido de apoiar, em Portugal, aqueles que pretendiam conduzir o país no sentido de um regime de democracia representativa e pluralista”, sublinha Luís Nuno Rodrigues, que acaba de publicar *Brevíssima História da Revolução dos Cravos*. Redmont, por seu lado, destaca que “Carlucci acreditava em Portugal. E falava a língua. No entanto, não foi o único, nem sequer o principal fator que afastou Portugal da influência do comunismo. A lenda de Carlucci ganhou, entretanto, vida própria. O secretário de Estado norte-americano, Kissinger, especulou que uma eventual viragem comunista de Portugal – com a foice e o martelo estampados na capa da revista *Time* sob o título alarmista ‘A Ameaça Vermelha em Portugal’ – poderia funcionar como uma vacina para a Europa contra o marxismo. Carlucci opôs-se veementemente a esta ideia. Contudo, a profunda ligação de Portugal aos valores católicos, bem como a proximidade com a América (incluindo o Canadá) e com o Brasil, constituíram âncoras muito mais fortes para manter o país integrado no sistema Ocidental de valores”.

Sobre a relação hoje entre Portugal e os Estados Unidos, Moreira de Sá considera que “está a passar por uma crise que se dá a dois níveis – europeu e português. A Europa está a perder relevância no contexto das prioridades da política externa norte-americana, quer em consequência do seu ‘retraimento’ estratégico, quer em resultado de uma maior concentração no Indo-Pacífico, sobretudo devido à ascensão da China. Portugal está a perder importância estratégica, não só por causa da deslocação dos EUA para a Ásia, mas devido à incapacidade da sua elite política de ter uma política externa para lá do eixo europeu”. O historiador alerta que, “para Portugal, é essencial reparar o estado das relações luso-americanas, desde logo tirando proveito da geografia. A geografia está do nosso lado. Não obstante as evoluções ocorridas ao longo dos tempos a vários níveis, continua a ser verdade que, tal como afirmou Franklin Roosevelt durante a Segunda Guerra Mundial, os Açores estão mais

próximos das costas do Atlântico dos EUA do que o Havaí está das suas costas do Pacífico. Há três bases que os norte-americanos nunca abandonarão: Diego Garcia, no meio do Índico; Guam, no meio do Pacífico; as Lajes, no meio do Atlântico. Além disso, é preciso ter presente que há três desenvolvimentos atuais que concorrem para aumentar a importância estratégica de Portugal e dos Açores: o regresso da Guerra à Europa (na Ucrânia) e no Médio Oriente, o chamado ‘Corolário Trump’ à Doutrina Monroe e a enorme degradação das relações entre os EUA e Espanha”. Acentua ainda que “será uma pena se as elites políticas de hoje, tal como as da Monarquia Constitucional e as da I República, deixarem escapar esta segunda oportunidade para cumprir a visão de homens como Andrade Corvo, ou como o abade Correia da Serra”, referindo-se ao embaixador de D. João VI em Washington, cientista amigo de Thomas Jefferson, e defensor de uma aliança entre Portugal e os EUA.

Portugal tem a vantagem de ter uma boa imagem junto das elites políticas americanas, e o país “é visto como um parceiro estável e confiável, e estrategicamente útil, nomeadamente pelo valor da Base das Lajes, nos Açores”, diz Daniela de Melo, professora na Universidade de Boston. “E junto do público americano, Portugal tem conseguido estabelecer-se como um destino turístico de excelência e, como sabemos, também como um destino desejável para residir”, afirma a cientista política luso-americana. “O número de americanos a residir em Portugal tem subido substancialmente nos últimos anos. Muitas famílias americanas procuram Portugal para darem aos filhos um estilo de vida mais calmo, com mais segurança. Apreciam também a gastronomia, a história e, claro, o facto de ser um país europeu”.

“Portugal é visto como um parceiro estável e confiável, e estrategicamente útil, nomeadamente pelo valor da Base das Lajes, nos Açores.”

Daniela de Melo
Professora na Universidade de Boston

Sobre os elogios do secretário de Estado Marco Rubio a Portugal, Daniela de Melo considera que revelaram, sobretudo, “a vontade da Administração americana de mostrar que valoriza parceiros europeus que permitiram o uso do seu espaço aéreo durante a guerra com o Irão. Portanto, a frase de Rubio parece ter uma função política clara: contrastar Portugal com outros aliados da NATO, em particular Espanha, que segundo ele teria negado ou dificultado o uso de bases”.

Num vídeo recente enviado ao embaixador em Lisboa, John Arrigo, Trump sugeriu que pode visitar Portugal, e talvez em breve. Resendes recorda, a propósito, que “Trump, que tem amigos na comunidade luso-americana, nunca escondeu a admiração e respeito pelo país e pelos portugueses, que um dia escolheram terras do Tio Sam em busca de uma vida mais próspera e de um futuro promissor para os filhos”.

Redmont chama a atenção para a atração, cá, pelos Estados Unidos: “Portugal vê-se a si próprio como estando na outra margem do Atlântico, a apenas cinco horas de distância, com o olhar voltado para a máquina de entretenimento norte-americana, seja através de Madonna, da NBA ou da Netflix. A forma como os portugueses interpretam o *jazz* ou compreendem o desenvolvimento da história americana revela um conhecimento genuinamente profundo da cultura dos Estados Unidos, além das oscilações da política.” E, acrescenta, “quanto aos americanos, Portugal é hoje, para muitos membros da diáspora anti-Trump, uma nova Meca”.

Terminemos como começámos: pelo simbolismo do brinde de 1776. E destacando a presença da *Sagres* neste aniversário tão especial para os americanos. “O Navio-Escola *Sagres*, um dos símbolos de Portugal e da sua maritimidade, encontra-se a participar nas celebrações do 250.º aniversário da Independência dos EUA. A sua presença, contribui para o reforço dos laços de amizade e cooperação entre Portugal e os EUA. Nesta missão, leva a bordo vinho Madeira para recriar o célebre brinde que assinalou o nascimento da nação americana, homenageando a história em comum e contribuindo para um futuro de entendimento e colaboração”, sublinha o comandante José Eduardo de Sousa Luís.

Um brinde, pois, a 250 anos de história comum. Ou mesmo a 500.

América de A a Z, pistas para entender a alma de um país que fascina o mundo

PERFIL Influência dos EUA resulta do poder do Pentágono e do peso do dólar, mas também da magia dos Oscars de Hollywood e do prestígio das universidades da *Ivy League*. País fundado por George Washington, e hoje presidido por Donald Trump, é igualmente o do Homem na Lua.

TEXTO LEONÍDIO PAULO FERREIRA

Ação de Graças. Em vésperas do mais recente *Thanksgiving*, ou Dia de Ação de Graças, Donald Trump cumpriu a tradição e tal como outros presidentes perdoou um peru. Aliás, perdoou dois. Um gesto no jardim da Casa Branca sempre muito aplaudido, mas que não impede que no jantar da quarta quinta-feira de novembro de cada ano (em 2026, será no dia 26) o peru seja servido à mesa das famílias americanas, numa festa que a tradição popular faz remontar a 1621 quando um grupo de peregrinos, colonos ingleses, se juntou em Plymouth a índios wampanoag para agradecer as colheitas. Só mais tarde, se começou a comer peru no Dia de Ação de Graças, tal como batata doce.

Basquetebol. É um desporto inventado nos Estados Unidos no século XIX e de tal forma considerado americano que foi traumática a perda da medalha de ouro para a União Soviética nos Jogos Olímpicos de 1972. Na NBA, as grandes equipas históricas são os Los Angeles Lakers e os Boston Celtics, mas o último campeão foi a equipa dos New York Knicks. A paixão pelo basquetebol, baseball, atletismo, futebol americano (e cada vez mais também pelo futebol) mostra uma sociedade amante do desporto e muito competitiva: os Estados Unidos são, de longe, o país com mais medalhas olímpicas.

Califórnia. Se fosse um país seria a quarta maior economia mundial. É sede de empresas como a Apple, a Meta, a Alphabet, a Tesla ou a Anthropic. A Califórnia, conquistada ao México em meados do século XIX, é o mais populoso dos 50 estados, com 40 milhões de habitantes, e em área só fica atrás do Alasca e do Texas. Los Angeles e São Francisco, fundadas pelos espanhóis, são as cidades mais emblemáticas. João Rodrigues Cabrilho, navegador português ao serviço de Espanha, foi o primeiro europeu a visitá-la.

Dólar. A maioria dos negócios internacionais no mundo são feitos com a moeda americana, e a maioria das reservas de divisas também. É uma das armas da supremacia americana, a maior economia. Nove dos dez homens mais ricos do mundo são cidadãos americanos (mesmo que, como Elon Musk ou Sergei Brin, tenham nascido noutro país) e a dimensão das fortunas, tal como dos restantes bilionários da lista da *Forbes*, é calculada em dólares.

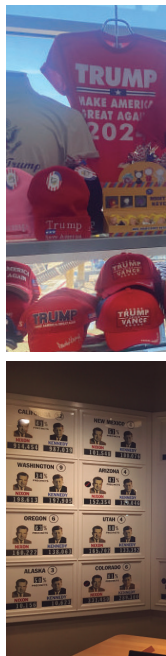
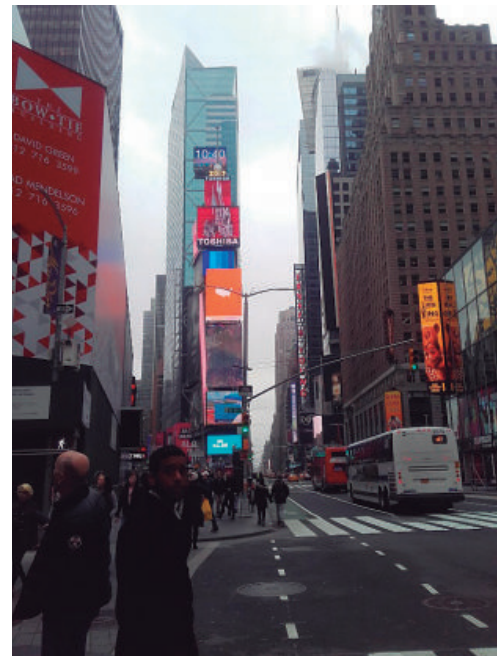
Ellis Island. Pequena ilha no porto de Nova Iorque, tornou-se sinónimo de porta de entrada nos Estados Unidos, mesmo que não fosse a única (chineses e japoneses, emigraram pela costa do Pacífico). Hoje é um museu, mas milhões de

americanos têm antepassados que por lá passaram. Alguns dos nomes célebres que entraram nos Estados Unidos via Ellis Island são Frank Capra, Arshile Gorky e Johnny Weissmuller. A América continua a ser um íman para o mundo e calcula-se que 15% dos 340 milhões de habitantes nasceram no estrangeiro.

França. O marquês de Lafayette, que combateu ao lado dos rebeldes americanos, simboliza o apoio da França à independência dos Estados Unidos, uma forma de enfraquecer a rival Inglaterra. Um século depois, a França ofereceu a Estátua da Liberdade, para recordar essa aliança. No século XX, em ambas as guerras mundiais, os americanos agradeceram, com os soldados a atravessar o Atlântico e a apoiarem os franceses.

Gettysburg. Nome de Batalha decisiva da Guerra Civil Americana, é também o nome de um breve, mas marcante, discurso de Abraham Lincoln, igualmente em 1863. Em 271 palavras, que demoraram dois minutos a dizer, o presidente que aboliu a escravatura falou da necessidade de salvar a União e de concretizar o ideal de que todos os homens nascem iguais.

Hispânicos. A mais antiga cidade dos Estados Unidos é St. Augustine, na



Flórida, e foi fundada em 1565 pelos espanhóis, e quase todo o sul do país chegou a ser território espanhol. Hoje os hispânicos (ou latinos) são uns 20% da população, com origens tão diversificadas como Porto Rico, México, República Dominicana ou Cuba. Um dos políticos mais famosos, o secretário de Estado Marc Rubio, é filho de cubanos. A língua espanhola está omnipresente.

Ivy League. Sinónimo de alta qualidade académica, é o nome de um grupo de universidades que incluem Harvard, Yale ou Princeton. Mas a qualidade das universidades americanas transcende em muito a *Ivy League*. Nas classificações interna-

cionais, como o *ranking* de Xangai, oito das dez melhores universidades do mundo costumam ser americanas. Harvard detém o recorde de prémios Nobel.

Jefferson. Autor da Declaração de Independência, a 4 de julho de 1776, foi também o terceiro presidente dos Estados Unidos. Simboliza, com George Washington e John Adams, segundo e terceiro presidentes, e alguns outros, os chamados Pais Fundadores. Era um grupo de homens geniais, que se revoltaram contra as injustiças do rei Jorge III. Fazem parte do imaginário americano de tal modo que Alexander Hamilton, um Pai Fundador que costumava andar



Os Estados Unidos celebram 250 anos e mostram uma diversidade que contribui para a pujança econômica e cultural do país, que continua a fascinar o resto do mundo.



às avessas com Jefferson por causa do centralismo *versus* o federalismo, deu origem a um musical de sucesso da Broadway.

Kennedy. Sorridente, herdeiro de uma família da burguesia de Boston de origem irlandesa, John Kennedy, ou JFK, é até hoje o mais jovem presidente a ser eleito nos Estados Unidos. Primeiro católico na Casa Branca (num país de matriz protestante, mas que hoje tem um papa), foi assassinado ao fim de pouco mais de mil dias, em novembro de 1963. É recordado pela Crise dos Mísseis de Cuba, momento crítico da Guerra Fria, mas um dos seus legados foi a promessa de pôr um homem na

Lua até final da década. Neil Armstrong foi esse homem, em 20 de julho de 1969, já durante a Presidência de Richard Nixon.

Louisiana Purchase. Ao comprar a Napoleão o Louisiana em 1803, Thomas Jefferson duplicou os Estados Unidos da época: foi muito mais do que o Estado da Luisiana. Um território imenso que incluía o Mississippi e afluentes. Depois, por novas aquisições (Alasca), através de conquista (Califórnia e outras porções do México) ou anexações (Havai), o país nascido no litoral atlântico estendeu-se até ao Pacífico. Um jornalista falou de “destino manifesto” e a conquista do Oeste tornou-se um ideal.

Martin Luther King. Líder do Movimento dos Direitos Civis, o pastor batista nascido na Geórgia foi assassinado em 1968, mas a sua luta conseguiu a fim da segregação racial. Um século depois da abolição da escravatura por Abraham Lincoln, o presidente Lyndon Johnson fez votar em várias fases a legislação que acabou com a discriminação dos negros no sul dos Estados Unidos. A eleição de Barack Obama para presidente em 2008 foi, depois, um marco na história de uma nação que nasceu sob o símbolo da liberdade, mas viu, desde o início, o norte abolicionista (o Massachussets tinha ilegalizado a escravatura logo em 1783) aceitar um compromisso com o sul escravagista para manter a unidade do novo país. Hoje, a influência dos mais de 40 milhões de afro-americanos é evidente na cultura e sociedade americanas, basta pensar, por exemplo, no *jazz* e nos *blues*.

Nova Iorque. A capital dos Estados Unidos é hoje Washington, mas a mais emblemática das cidades é Nova Iorque, uma espécie de capital do mundo, que até acolhe a sede das Nações Unidas. Do Empire State Building à Estátua da Liberdade, de Central Park a Times Square, da Broadway ao Harlem, de Wall Street à Ponte de Brooklyn, são inúmeros os ícones da cidade fundada no século XVII pelos holandeses, que a batizaram como Nova Amesterdão. Verdadeiro *melting pot*, é, por exemplo, a segunda cidade do mundo com mais judeus, depois de Telavive.

Oscars. Começaram a ser atribuídos em 1929, mas o cinema é ainda mais antigo em Hollywood, o subúrbio de Los Angeles que acolhe estúdios como os da Universal, Warner, Paramount ou Disney. China ou Índia até podem produzir hoje anualmente mais filmes do que os Estados Unidos, mas em termos de *soft power* o cinema americano continua imbatível, até pela vantagem que é a língua inglesa, que se nota também no apelo e sucesso global de músicos como Madonna ou, mais recentemente, Taylor Swift. Mesmo em termos de literatura, se o critério for o Nobel, só a França tem mais premiados, e entre os americanos contam-se grandes nomes como Ernest Hemingway, John Steinbeck ou Toni Morrison.

Pentágono. O impressionante edifício na Virgínia, mesmo junto a Washington mas do outro lado do rio Potomac, simboliza o poderio militar dos Estados Unidos, que tem o maior orçamento de Defesa, bases militares em aliados tão distintos como Portugal, Alemanha, Djibuti, Arábia Saudita, Coreia do Sul ou Japão, e um arsenal nuclear que só é comparável ao da Rússia. Hoje o grande rival é a China, que já tem o segundo maior orçamento militar, mas, note-se, só conta três porta-aviões contra 11 americanos.

Queens. É um bairro novaiorquino batizado em honra de uma portuguesa, Catarina de Bragança, que foi rainha de Inglaterra. É igualmente onde nasceu Donald Trump, 47.º presidente dos Estados Unidos (também foi o 45.º) e o bairro onde vive Peter Parker, o Homem-Aranha, herói da BD.

Roosevelt. Apelido de origem holandesa de dois presidentes. O primeiro, Theodore, destacou-se como voluntário na Guerra Hispano-Americana de 1898 e combateu em Cuba. Eleito vice-presidente, tornou-se presidente em 1901 depois do assassinio de William McKinley. O chamado Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe descreve a sua política para a América Latina. O segundo dos Roosevelt, Franklyn, foi eleito quatro vezes (1932, 1936, 1940 e 1944) e ficou para a História como o arquiteto do New Deal, que tirou a América da Grande Depressão, e como o presidente que liderou o país na Segunda Guerra Mundial (morreu em abril de 1945, e foi Harry Truman que decidiu a bomba atômica sobre Hiroxima). Uma emenda constitucional proíbe hoje mais de dois mandatos presidenciais.

Sioux. Uma das tribos índias, cuja mítica vitória na Batalha de Little Big Horn não impediu que fosse forçada a viver em reservas. Incapazes de resistir ao avanço da colonização europeia, cuja fase final inspirou muitos filmes de índios *versus cowboys*, os chamados nativo-americanos vivem sobretudo no oeste e serão cinco a nove milhões, incluindo os povos autóctones do Alasca, os inuit. A maioria dos nativo-americanos não vive hoje em reservas.

Texas. Separou-se do México em 1836 e chegou, durante uma década, a ser um país, até integrar os Estados Unidos. Hoje é o estado que lidera na produção de petróleo e gás.

União Soviética. A superpotência comunista desagregou-se em 1991, mas foi a era da Guerra Fria que levou à criação da NATO e também motivou a corrida espacial – astronautas americanos contra cosmonautas soviéticos, com o primeiro homem no espaço a ser o russo Yuri Gagarin, mas o primeiro a pisar a Lua a ser Neil Armstrong (os 12 homens na Lua foram todos americanos).

Virgínia. Foi uma das 13 colónias inglesas que formaram os Estados Unidos, reconhecidos pela Inglaterra num tratado de 1783. Deu ao novo país quatro dos seus cinco primeiros presidentes. A sua capital, Richmond, foi durante a Guerra Civil a capital da Confederação.

Washington. Nome da capital e do general que liderou a rebelião contra Jorge III. George Washington foi também o primeiro dos 45 presidentes dos Estados Unidos até hoje (Trump é o 47.º por contar duas vezes, tal como Grover Cleveland, 22.º e 24.º). Washington quis dar o exemplo aos sucessores saindo ao fim de dois mandatos, para mostrar a diferença entre a república e uma monarquia.

X. Simboliza o voto e a tradição democrática nos Estados Unidos, onde desde meados do século XIX dois grandes partidos, o Republicano e o Democrata, disputam o poder.

Yellow Stone. Situado em território que fica no Wyoming (e também um pouco em Montana e Idaho), este parque representa bem, pela exuberância das paisagens naturais, o outro lado dos vastos Estados Unidos, muitas vezes imaginados como país dos arranha-céus.

Zero. A Zona de Impacto, ou Ground Zero, dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas contém hoje um memorial e voltou a ter arranha-céus, prova de resiliência de Nova Iorque e da América. Morreram 3000 pessoas no atentado da Al-Qaeda.

Contribuições de estrangeiros aceleram 161 milhões de euros

SEGURANÇA SOCIAL Imigração voltou ao centro do debate político em Portugal, numa altura em que o valor dos descontos destes cidadãos continua a superar os registos do ano passado. Número de imigrantes a receber algum tipo de prestação social tem vindo a baixar, mas o valor dos apoios desembolsado pelo Estado de janeiro a abril subiu face a 2025.

TEXTO PEDRO SEQUEIRA

Atualização da população nacional feita pelo INE na semana passada (dando conta que 14% dos habitantes em Portugal são estrangeiros), a aprovação da Prestação Social Única (PSU) e o anúncio feito pelo PSD de que quer chamar ao parlamento antigos ministros socialistas para se discutir a política migratória do governo de António Costa (que consideram ter tido impacto direto na crise da habitação e no aumento da pressão sobre serviços públicos) voltaram a colocar, nos últimos dias, o tema da imigração no centro do debate político. Tudo isto acontece numa altura em que o volume das contribuições de cidadãos estrangeiros para o sistema da Segurança Social, através dos descontos que fazem ao trabalhar, está a acelerar – nos primeiros quatro meses do ano o valor atingiu 1418,77 milhões de euros, mais 161,57 milhões do que no mesmo período no ano passado (um aumento de 12,85%).

Por outro lado, segundo as estatísticas oficiais da Segurança Social consultadas pelo DN, o valor desembolsado a estrangeiros em prestações/apoios sociais do Estado também subiu, atingindo os 292,32 milhões de euros nos primeiros quatro meses de 2026, mais 11,27 milhões do que no período homólogo de 2025 (um aumento de 4,01%).

Desta forma, o balanço entre contribuições vindas de estrangeiros e prestações pagas a estes cidadãos teve no arranque deste ano um saldo positivo para o Estado superior a 1126 milhões de euros. Em todo o ano de 2025, as pessoas de nacionalidade estrangeira contribuíram com 4148,96 milhões de euros para a Segurança Social (14% do valor global que os trabalhadores descontaram para o sistema) e receberam 822,02 milhões de euros



A maior parte dos contribuintes estrangeiros trabalham em atividades de restauração e alojamento: em abril eram mais de 128 mil.

em prestações sociais (11,1% dos apoios pagos pelo Estado). Foram 3326,94 milhões de euros de saldo positivo.

Em abril, último mês com estatísticas disponíveis no site da Segurança Social em relação aos cidadãos estrangeiros, a diferença entre os que descontaram para o sistema (871.057 pessoas) e os que receberam prestações (203.593) foi de +667.464 pessoas.

Há, contudo, uma inversão negativa a assinalar. Pela primeira vez no intervalo de um ano (abril de 2025/abril 2026), o número mensal de cidadãos estrangeiros que pagam contribuições à Segurança Social baixou na comparação ao período homólogo. Segundo os dados consultados pelo DN, no mês de abril de 2026 foram 871.057 pessoas estrangeiras que fizeram descontos, menos 3471 do que em abril de 2025

(eram, então, 874.528, o que representava um aumento de 13,26% em relação a abril de 2024). Os mais de 870 mil estrangeiros que descontaram em abril representam 18,13% do total de contribuintes e 14,82% do valor total das contribuições.

Pela primeira vez no intervalo de um ano (abril de 2025/abril 2026), o número mensal de cidadãos estrangeiros que pagam contribuições à Segurança Social baixou na comparação ao período homólogo.

No plano inverso, em abril de 2026, foram 203.593 pessoas de nacionalidade estrangeira que receberam prestações da Segurança Social, no valor total de 69,48 milhões de euros, quando em abril de 2025 eram 207.426 e 67,93 milhões de euros. O número de beneficiários tem vindo a baixar, na comparação com o período homólogo do ano anterior, desde fevereiro deste ano. Já o valor das prestações tem subido todos os meses na comparação homóloga.

O acesso de estrangeiros à PSU (que vai englobar numa só outras 13 prestações não contributivas) foi um dos principais pontos de discussão antes da aprovação da medida, na semana passada, com votos favoráveis da AD, abstenção do PS e da IL e voto contra das restantes bancadas. Antes da votação, du-

rante as negociações entre Governo e Chega, o partido de André Ventura exigiu que a prestação social só pudesse ser atribuída a estrangeiros extracomunitários que tivessem um mínimo de cinco anos de residência legal em Portugal e com carreira contributiva por igual período. A iniciativa legislativa do Governo de Luís Montenegro apontava a um ano, tendo mais tarde alargado esse período para dois anos através das alterações apresentadas pelos partidos da AD, PSD e CDS, aproximando-se um pouco mais do que defendia o Chega. Mas não o suficiente. O partido de Ventura acabou por romper as negociações e só o acordo com o PS salvou a medida. O texto final aprovado pelo parlamento na passada quinta-feira estabelece, como condição para aceder à PSU, “um período mínimo de residência legal em território nacional de um ano, para nacionais de Estados que não integrem a União Europeia ou o Espaço Económico Europeu”.

Um das prestações que será incluída na PSU é o Rendimento Social de Inserção (RSI), apoio que é atribuído pelo Estado a pessoas ou famílias em situação de pobreza extrema. O RSI tem sido especialmente visado pelo Chega – o partido considera que é mal distribuído e fiscalizado.

Em abril de 2026, o RSI tinha um total de 159.335 beneficiários no país, menos 13.084 do que um ano antes. Uma análise mais detalhada aos números permite perceber que, nesse mês, o apoio foi atribuído a 7421 pessoas de nacionalidade estrangeira (4,66% do total), que receberam no total 2,34 milhões de euros. São menos 1307 do que em abril de 2025 e menos 368.510 euros no valor que saiu dos cofres do Estado. O RSI ocupa a sexta posição nos apoios com maior número de beneficiados estrangeiros, atrás das prestações familiares, subsídio de desemprego, apoio especial ao pagamento de rendas, apoios à maternidade/paternidade/adoções e subsídio por doença.

No site da Segurança Social já é possível consultar os dados de maio de 2026, onde se regista nova queda no total de beneficiários de RSI, para 155.659, mas a estatística referente a cidadãos estrangeiros nesse mês ainda não se encontra disponível.



Nuno Melo falou para uma plateia de empresários num almoço do International Club de Portugal.

Blindados: Governo quer criar empresa com privados

INVESTIMENTO Nuno Melo aposta no programa europeu SAFE para pôr Portugal a produzir equipamento militar e diz que não é “despesa”.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

Nuno Melo insistiu ontem que é preciso aumentar mais o investimento em Defesa, ainda que Portugal já tenha atingido, em 2025, o compromisso assumido com a NATO em 2014 para dedicar 2% do PIB a esta área. O ministro da Defesa acrescentou ainda, num almoço organizado pelo International Club of Portugal, que este tipo de investimento “não é uma despesa”, mas a criação de oportunidades económicas de grande escala.

Nuno Melo, para justificar esta perspetiva, garantiu que Portugal está neste momento “a investir em satélites, fragatas, veículos blindados, defesa antiaérea, munições”, o que, além de garantir retorno económico, assegura que as “Forças Armadas ficam muito melhor capacitadas”.

Perante uma audiência composta por representantes do mundo empresarial, Nuno Melo avisou que “a paz nunca foi perpétua” e que agora “tudo se alterou”. O ministro descreveu um cenário em que os “nossos povos” – na Europa – vivem com a “garantia de qualidade de vida”, que implicou mais investimento no “pilar social” do que em armamento e tecnologia

militar. Porém, com um mundo em mudança, observou, é preciso ter em conta que a “realidade impõe-se à perceção”.

“E a perceção de paz perpétua, se não faz sentido, tem hoje como contraponto a realidade do mundo, que é multipolar, que se alterou, por razão de circunstâncias que são evidentes”, afirmou, aludindo à guerra na Ucrânia e ao ataque dos Estados Unidos ao Irão, com impactos evidentes, como a subida imediata do custo devida.

Neste cenário, Nuno Melo explicou que Portugal agora dispõe de acesso ao SAFE, o programa de financiamento para o reequipamento militar dos países da União Europeia, que garante “5,8 mil milhões de euros”, que permitem investimento “em todos os domínios” das Forças Armadas”.

O ministro reiterou que Portugal vai produzir veículos blindados de médio porte, atraindo “uma das top-3 indústrias glo-

Ministro insiste que o mundo mudou e é preciso adaptação a pensar em Defesa.

bais”, num “modelo que há de ser próximo do da OGMA”, uma empresa dedicada ao fornecimento de serviços de manutenção e fabrico de estruturas aéreas, onde o Estado (através da Portugal Defence) detém uma participação minoritária de 35%.

O DN apurou que a intenção do Governo é criar uma empresa de raiz que tenha como estrutura acionista um parceiro internacional, de forte cariz tecnológico, para a construção dos blindados de médio porte, com o Estado como minoritário. O objetivo é não apenas equipar o Exército português, como vir a exportar o equipamento fabricado em Portugal. Nuno Melo, um dia antes desta intervenção, já tinha sido questionado no Parlamento sobre o facto dos contratos para aquisição de equipamentos militares ao abrigo deste programa ainda não estarem assinados, apesar de ter havido a garantia de serem assinados até ao final de junho. À margem do almoço, Nuno Melo afirmou que, “quando a oposição se centra numa audição parlamentar na data em que o contrato se assina, percebe-se que de facto tem muito pouco o que contestar”. **Com.NV.**



Perguntas inocentes Pedro Tadeu

André Ventura vai trair os trabalhadores portugueses?

André Ventura vai aprovar hoje, na generalidade, o pacote laboral? Em novembro de 2025, já se mostrava disponível para um acordo com o Governo, mas dizia serem necessárias cedências importantes, designadamente no trabalho por turnos. Em dezembro, o tom subiu: o líder do Chega afirmou que o pacote, tal como estava, era “um ataque a quem trabalha”, criticou o *outsourcing* após despedimentos e falou de uma lógica liberal “selvagem”, de “todos contra todos”.

A 1 de maio, Ventura declarou que se tratava de “uma má reforma do trabalho” e “ineficaz para quem trabalha”. Em 22 de maio, voltou a anunciar voto contra na generalidade se o texto permanesse como estava, dizendo que o diploma era “mau para quem trabalha” e que o Conselho Nacional do partido propusera, por unanimidade, a rejeição da reforma laboral apresentada pelo Governo.

A 3 de junho, numa declaração política publicada pelo próprio partido, a formulação tornou-se ainda mais absoluta. O Chega escreveu que a reforma “não foi construída para os trabalhadores”, que agravaria a precariedade, retiraria direitos a quem trabalha por turnos e horas extraordinárias, limitaria a amamentação, mexeria nas licenças parentais e incentivaria o *outsourcing* após despedimentos coletivos. E concluiu com um apelo inequívoco: “RASGUE-SE este pacote laboral. Comece-se de novo.”

Ora, quando um partido passa de “rasgue-se” para “vamos viabilizar se nos derem amamentação, férias e avós”, o que existe não é maturidade negocial: é um zigzague, uma verdadeira cambalhot!

Ontem, Ventura tentou “vender-nos” supostas “vitórias do Chega” para justificar a possível aprovação do pacote laboral, mas trata-se de um novo embuste. Até agora não há 25 dias de férias para todos.

Não há devolução dos três dias subprimidos pela *troika*. Não há redução da idade da reforma. Há, quando muito, a possibilidade de o trabalhador comprar dois dias de ausência com perda salarial, marcados como falta justificada.

Também a amamentação, que o Chega transformou num troféu identitário, não chega para compensar o resto. O que é que isso altera no essencial da proposta? Não desfaz o banco de horas. Não repõe a barreira ao *outsourcing* pós-despedimento. Não elimina o alargamento da não-reintegração. Não reverte os contratos a prazo mais longos. Não anula a filosofia geral de “flexibilização” do tempo de trabalho e do vínculo laboral.

O mesmo vale para o trabalho por turnos. O Chega tem procurado apresentar-se como defensor destes trabalhadores, mas, se vier a viabilizar um pacote que mantém o banco de horas, estará a obrigar as pessoas a trabalhar em horários estranhos e a receber menos, uma vez que deixarão de estar abrangidas pelas chamadas “horas extraordinárias”, que são mais bem pagas.

As classes laborais que ouviram Ventura falar de justiça, proteção e dignidade, se nada se alterar, ficarão, no fim de contas, com duas faltas justificadas não-pagas a fingir que são férias, uma guerra cultural sobre a amamentação e meia dúzia de proclamações sobre turnos. Os empregadores, esses, ficarão com o que verdadeiramente conta: mais flexibilidade contratual, maior elasticidade horária, mais recurso à externalização e mais instrumentos para manipular o vínculo laboral.

É por isso que, se o diploma passar, tal como está, com a mão do Chega, o partido não poderá dizer que venceu. Terá de assumir que cedeu e que Ventura trocou a retórica pró-trabalhador pelo frete patronal.

Jornalista

Escolas, tribunais e centros de saúde não estão preparados para ondas de calor

CLIMATIZAÇÃO Alunos a passar mal em salas de aula, julgamentos adiados, médicos em salas com temperaturas acima dos 30 graus. Faltam unidades de ar condicionado em prédios públicos, apesar de a legislação obrigar a “conforto término” dos funcionários - assegurado com esses aparelhos.

TEXTO AMANDA LIMA

No dia do exame de Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS), a filha de Filipa de Jesus ligou à mãe a dizer que se tinha sentido mal durante a prova, o que pode vir a comprometer o seu futuro académico e profissional. O motivo? A temperatura ultrapassava os 30 graus e a sala onde realizou o exame não tinha ventoinha, muito menos ar condicionado. A estudante teve de permanecer cerca de meia hora fora da sala, ingerir pacotes de açúcar e receber assistência, o que poderá ter afetado o seu desempenho. “Isto tem impacto na vida dos miúdos. Tenho uma filha completamente desmoralizada com o exame e depois surgem todas aquelas perguntas: para onde é que vão os nossos impostos? Onde é que está o ensino público de qualidade? Porque é que os nossos filhos têm de estar sujeitos a isto?”, diz ao DN a mãe da aluna. O relato evidencia aquilo que milhares de estudantes estão a enfrentar em todo o país, numa altura em que as ondas de calor se tornam cada vez mais frequentes.

A falta de climatização não é um problema exclusivo das escolas. Os testemunhos repetem-se noutros locais de trabalho da função pública, como tribunais, centros de saúde e hospitais. O alerta não é novo.

Portugal enfrenta um problema de pobreza energética não apenas nas habitações, mas também

nos edifícios do Estado, onde trabalham milhares de pessoas e onde, diariamente, os utentes recorrem aos serviços públicos.

No caso dos tribunais, o Sindicato dos Funcionários Judiciais

O que diz a legislação

A legislação portuguesa não obriga os edifícios públicos a terem ar condicionado nem estabelece uma temperatura máxima para os espaços de trabalho. O Decreto-Lei n.º 101-D/2020 define requisitos de eficiência energética e conforto térmico para edifícios novos, renovados ou equipados com sistemas de climatização, remetendo as temperaturas de referência para o Sistema de Certificação Energética. Para efeitos de certificação energética, a temperatura de referência no verão é de 25 °C, mas este valor serve apenas para o cálculo do desempenho energético e não constitui um limite legal de funcionamento. Por outro lado, existe a legislação sobre segurança e saúde no trabalho, que determina que os empregadores, incluindo as entidades públicas, devem “assegurar condições adequadas de conforto térmico e proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores”.

(SFJ) fala em “desumanidade” para descrever as condições em que os profissionais têm de trabalhar durante esta vaga de calor. “Há serviços sem ventilação adequada, sem climatização e com instalações degradadas. O mais grave é a falta de humanismo com que estes profissionais são tratados”, afirma Regina Soares, presidente do SFJ. A dirigente sindical refere ainda que faltam medidas tão básicas como ar condicionado ou, pelo menos, ventoinhas.

Para Regina Soares, “não se pode exigir uma Justiça humana tratando de forma desumana quem a sustenta”. Os relatos recebidos pelo sindicato dão conta de salas onde as temperaturas rondam os 30 graus, muitas delas viradas a sul ou expostas ao sol, aquecendo logo nas primeiras horas da manhã.

A presidente do SFJ salienta que não se trata de “uma reivindicação corporativa”, mas de “uma exigência democrática e legal” para garantir condições mínimas de trabalho. O DN contactou o Ministério da Justiça sobre o assunto, mas não obteve resposta.

Nos hospitais e centros de saúde, a realidade é semelhante, agravada pelo facto de receberem diariamente pessoas doentes, muitas delas precisamente devido ao calor excessivo. “Isto não oferece dúvidas e quem sofre são os doentes. Estamos a falar de idosos, crianças, grávidas, doen-



Portugal vive uma onda de calor que terá a duração de dez dias.

LEONARDO NEGRÃO

tes oncológicos e pessoas particularmente vulneráveis ao calor. É incompreensível que, em pleno século XXI, continuemos a discutir se existem ou não condições mínimas de conforto térmico nas unidades de saúde”, afirma ao DN Joana Bordalo e Sá, presidente do Sindicato dos Médicos do Norte (SMN). A médica salienta que também os profissionais de saúde são prejudicados no exercício das suas funções. “Obviamente que isto compromete o bem-estar dos profissionais, aumenta o desgaste físico e provoca igualmente um desgaste cognitivo, prejudicando inevitavelmente a qualidade da prestação de cuidados”, afirma.

“Temos hospitais e centros de saúde com edifícios muito envelhecidos, sistemas de climatização inexistentes, obsoletos ou insuficientes e gabinetes onde, por vezes, é impossível garantir condições dignas, não apenas para trabalhar, mas também para observar e tratar os doentes”, acrescenta. “No dia a dia, os médicos trabalham muitas vezes em gabinetes com temperaturas excessivas, sem qualquer climatização.

Isto verifica-se tanto no verão como no inverno”, refere. Joana Bordalo e Sá considera que a falta de climatização é “o reflexo de anos de desinvestimento nas infraestruturas do Serviço Nacional de Saúde, quer ao nível dos centros de saúde, quer ao nível dos hospitais”. O Ministério da Saúde não respondeu ao pedido de esclarecimento efetuado pelo DN.

“Vai ter que haver aqui um financiamento grande”

António Lopes, especialista em climatologia urbana, analisa que muitos dos edifícios públicos, principalmente escolas, não estão preparados para as alterações climáticas e suas consequências. “Dentro dos edifícios, a única maneira é o ar condicionado e os edifícios estarem preparados com sistemas bioclimáticos, mas ou não há ar condicionado ou não se consegue suportar a fatura de energia”, argumenta António Lopes, que é investigador e professor no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT).

O profissional recorda que existem regulamentos que defi-



nem sobre o conforto térmico nos edifícios, mas que já precisam de revisão. “Há um regulamento que tem de ser cumprido, as leis existem, mas têm que ser adaptadas agora ao novo contexto de aquecimento global, sobretudo este aquecimento da última década”, diz.

Ao mesmo tempo, reconhece que se trata de uma despesa alta. “Continua a ser difícil controlar, seja por via orçamental, para ter os sistemas de ar condicionado a

“Há um regulamento que tem de ser cumprido, as leis existem, mas têm que ser adaptadas agora ao novo contexto de aquecimento global, sobretudo este aquecimento da última década”, diz António Lopes.

funcionar nestas alturas, pelo menos nestas alturas de ondas de calor. Isto implica mais gastos de energia, aliás é o que se diz com as alterações climáticas, nós temos que adaptar”, refere. Defende que é preciso “um financiamento muito grande” em climatização e que “a engenharia já tem soluções”, que precisam ser aplicadas.

Por outro lado, lembra que as novas construções devem ter em conta a nova realidade climática. “Enquanto pensarem apenas na estética, em prédios muito envidraçados e todos virados para o sul será terrível”, pontua.

O especialista destacou os mais recentes dados do relatório europeu sobre o clima. Os alertas de calor extremo aumentaram 318% na Europa entre 2015 e 2025, em comparação com a década de 1990, estimando-se que em 2024 tenham morrido 62.000 pessoas devido ao calor. “Na Europa o aquecimento é mais rápido do que no resto do mundo. Nunca tivemos estas temperaturas tantas vezes seguidas e cada vez mais cedo, ou investimos ou vamos sofrer - e já estamos a sofrer”, alerta.

amanda.lima@dn.pt

Autoridades reforçam necessidade de prevenção

CALOR E INCÊNDIOS IPMA confirmou as projeções conhecidas, com máximas a “atingir valores de ordem dos 40 graus ou mais”.

TEXTO AMANDA LIMA

As autoridades apelam à população que tenham “comportamentos seguros” face à onda de calor em Portugal. Em conferência de imprensa ontem à tarde, as entidades que integram os cuidados e socorro alertaram em uníssono que a situação é séria e que são necessários comportamentos de prevenção. Jorge Ponte, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), confirmou as projeções já conhecidas, de que as temperaturas podem “atingir valores de ordem dos 40 graus ou mesmo superior em algumas regiões, praticamente transversal a todo o continente”. As noites terão temperaturas igualmente altas, acima dos 25°C. Segundo o meteorologista, a onda de calor será “um episódio bastante prolongado de tempo”. A previsão aponta para que estes valores durem até dez dias, apesar de as máximas baixarem “a partir de terça-feira” em Lisboa.

Jorge Verde, presidente da Agência de Gestão dos Fogos Rurais, afirmou que este é um “momento sério”, mas que “não é um momento para medo,

mas sim, de responsabilidade”. Outro apelo é o de que as pessoas “não façam uso do fogo sob qualquer circunstância, bem como não usem maquinaria que possa dar origem a ignições”. Sublinhou que é “um momento de responsabilidade dos comportamentos de todos os cidadãos”.

António Nunes, presidente da Liga dos Bombeiros, avaliou que o momento é de duplo risco e trabalho. “Juntamos o risco de incêndio florestal com uma onda de calor e os nossos bombeiros têm que dedicar os seus

“Juntamos o risco de incêndio florestal com uma onda de calor e os nossos bombeiros têm que dedicar os seus meios às duas áreas”, sublinhou António Nunes, da Liga dos Bombeiros.

meios às duas áreas. A área da saúde com emergência pré-hospitalar em reforço eventual e na área do combate aos incêndios florestais e rurais”, explicou. A Guarda Nacional Republicana (GNR) trabalha para que “haja uma identificação atempada em todo o caso de ocorrências de incêndios”, explicou o coronel Ricardo Alves. Estarão em funcionamento as 230 torres de vigia disponíveis no território nacional e 147 torres de videovigilância.

Foi referida a utilização de drones que permitem “uma maior abordagem de alguns comportamentos de risco e também comportamentos que violam algumas normas legais”. O coronel da GNR apelou a que não se faça uso de fogo e não se permaneça nas áreas florestais.

O país está em situação de alerta desde a meia-noite até às 23h59 de segunda-feira (6 de julho). A declaração implica, a nível operacional, “a elevação do grau de prontidão e resposta operacional” da GNR e da PSP, e “o aumento do grau de prontidão e mobilização de equipas de emergência, de saúde pública e apoio social”.



Alerta é o mesmo de todas as entidades: a população não pode ter comportamentos de risco.

Membros da Fraternidade São Pio X excomungados pelo Vaticano

IGREJA CATÓLICA Todos os fiéis que “aderem formalmente” à comunidade também foram excomungados.

TEXTO **ANDRÉ CERTÁ**

Os seis bispos da Fraternidade Sacerdotal São Pio X foram excomungados pelo Vaticano, de acordo com um comunicado assinado pelo cardeal Víctor Manuel Fernández, prefeito do Dicasterio para a Doutrina da Fé emitido esta quarta-feira e citado pela Vatican News. O anúncio confirma o que já era esperado, após a fraternidade tradicionalista ter cortado comunicação com Roma e decidido ordenar quatro novos bispos contra a vontade do Vaticano e do Papa Leão XIV, que tinha apelado a que a cerimónia não avançasse. Porém, esta segunda-feira, esta ordenação acabou mesmo por avançar, numa cerimónia solene realizada na localidade francesa de Ecône. Para o Vaticano, indica uma nota explicativa, esta “consagração episcopal de quatro presbíteros sem mandato pontifício e contra a vontade do Sumo Pontífice” constituiu “um ato de natureza cismática”, ou seja, um corte com a comunhão com a Igreja Católica Romana, de acordo com o direito canónico.

Mas a declaração do Vaticano vai mais além dos membros eclesiais. Todos os fiéis leigos que “aderem formalmente” à Frater-

nidade São Pio X “devem ser considerados cismáticos e excomungados”. “A Igreja, como mãe solícita, acolherá com sincero afeto e viva solidariedade todos aqueles que desejarem retornar à plena comunhão”, ressaltou ainda a decisão.

Esta fraternidade, fundada por Marcel Lefebvre em 1988, desafia as conclusões do concílio Vaticano II, desde o qual consideram que “as autoridades da Igreja manifestam uma atitude contrária à fé e agem contra a sagrada tradição”, como disse o superior da Fraternidade São Pio X, Davide Pagliarini, na quarta-feira.

Ao DN, o núncio apostólico em Portugal, D. Andrés Carrascosa, afirmou que está em causa neste braço de ferro é muito mais do que saber se a missa deve ser celebrada em latim ou no idioma vulgar. “Uma coisa é o debate interno e outra muito diferente é quebrar todas as normas da Igreja e avançar para o cisma”, acrescentou. Embora conte com um número significativo de seguidores em mais de 70 países, a FSSPX representa uma gota de água num total estimado de 1,4 mil milhões de católicos em todo mundo - cerca de 18% da população global.



O voo da liberdade António Capinha

A Península de Setúbal foi vendida ao luxo internacional

Estão correctos os albaneses quando, nas ruas de Tirana, protestam contra as intenções de Ivanka e Jared Kushner, filha e genro de Trump, de construir um gigantesco resort de luxo em Zverec, um santuário marítimo de praias cristalinas, lagoas e salinas, património que pertence ao povo albanês.

Por cá, silenciosamente, a Península de Setúbal foi sendo vendida a empresas internacionais, a esmagadora maioria delas SPV (*Special Purpose Vehicle*), sociedades-veículo, algumas sobre as quais existe uma opacidade total quanto aos proprietários. Na esmagadora maioria dos casos não se sabe quem são. São famílias riquíssimas, fundos de investimento norte-americanos e ingleses, fundos institucionais, accionistas de todo o mundo, riquíssimos, estrelas do *jet-set* internacional, oligarcas de origem desconhecida. Os 45km de costa e as dez praias entre Troia e Melides foram entregues ao capital internacional para empreendimentos de luxo de muitos milhões de euros.

É o mais recente exemplo de voracidade do capital internacional pelos últimos santuários existentes na Terra. Seja em Zverec ou em Melides. O assalto à costa do Estuário do Sado foi feito, discretamente, com a total convicção das Câmaras Municipais de Grândola e Setúbal e dos sucessivos governos, que ao longo dos anos permitiram esta situação. Percorrer a costa a partir de Troia até Melides é ver, sistematicamente, terrenos vedados com rede de arame e paliçadas de madeira. Tudo é feito para dificultar o acesso às praias pelos cidadãos que não sejam proprietários das luxuosas “villas” dos em-

prendimentos, ou não sejam hóspedes dos hotéis de luxo ou das *branded residences*, um novo conceito para quem compra uma *villa* de luxo de milhões de euros e tem acesso a todos os serviços dos hotéis associados.

As propriedades privadas dificultam o acesso às praias que confinam com elas. Os estreitos caminhos para as praias têm de atravessar empreendimentos e terrenos privados e os gestores das luxuosas propriedades criam todas as dificuldades ao cidadão anónimo que queira disfrutar do areal. Caminhos estreitos e não-identificados, parques de estacionamento diminutos, cancelas e barreiras físicas que, felizmente, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, tem vindo a desmantelar.

As praias, em Portugal, são públicas. Qualquer cidadão, de qualquer patamar social, tem direito à utilização do areal, a banhar-se nas águas do oceano. É um património de todos nós e não uma exclusividade da avidez e voracidade dos que querem as dunas, os areais, a água do mar apenas para eles próprios, num exercício de

egoísmo muito em voga nos tempos que correm.

São inúmeros os luxuosos empreendimentos em construção. A título de exemplo o projecto *Na Praia*, de Sandra Ortega, filha do dono da Zara, com uma fortuna avaliada em 12 mil milhões de dólares, que adquiriu 340 hectares na zona de Troia por 250 milhões de euros. Ali vai nascer um luxuoso hotel com 113 unidades de alojamento com quartos, *suites*, vivendas, *villas* privadas, quatro restaurantes de luxo e *spas*.

É o luxo internacional a tomar conta da preciosa costa alentejana, das suas dunas, das suas águas e dos seus areais. Os mais ricos e afortunados querem as praias só para eles. São restaurantes de luxo, lojas de marcas internacionais caríssimas, projectos e empreendimentos que tornam cada vez mais inacessível e dispendioso o acesso à costa de Troia a Melides. Chegar a Tróia seja no *ferry* de carro, ou no barco, está a um custo insuportável. Este é também um exercício para a exclusividade por parte de quem pretende entregar um singular património apenas aos mais afortunados.

Como foi isto possível? A responsabilidade tem de ser atribuída aos gestores camarários, aos governos, que permitiram a instalação deste regabofe, desta avareza de exclusividade, desta preponderância de capitalistas sem rosto. É uma parte de Portugal que perdemos, sem sabermos bem para quem. Tal como em Zverec, em Setúbal são os novos vampiros do século XXI a apossarem-se de uma parte da costa portuguesa.

Journalista



Padres fazem parte da Fraternidade São Pio X.

“
Por cá,
silenciosamente,
a Península de
Setúbal foi sendo
vendida a
empresas
internacionais,
a esmagadora
maioria delas SPV.”



Novos mundos
Manuel José
Guerreiro

Que relação tem com o dinheiro?

Prometi regressar ao ponto onde ficáramos na passada semana. Parece-me importante dizer mais algumas coisas sobre a importância do tema da poupança.

Poupar não é o mesmo que acumular, são conceitos distintos. Uma sociedade saudável não precisa apenas de pessoas ricas. Necessita também de quem saiba e deseje gerir valor. E gerar valor é mais exigente do que enriquecer.

Enriquecer pode, em certos casos, ser o resultado de talento especulativo, privilégio ou extração. Já gerar valor implica trabalho, utilidade, criação, risco e compromisso com os outros.

O empresário que cria emprego, o agricultor que invista na sua produção, a família que poupa para educar os filhos, o jovem que aprende a gerir o primeiro salário, o reformado que preserva com dignidade o fruto de uma vida de trabalho – todos participam e são protagonistas numa mesma cultura de valor. Não estão a tratar apenas das suas finanças, mas a fortalecer o tecido social.

Aqui entra o cooperativismo que é uma resposta concreta a uma pergunta essencial: como transformar esforço individual em força comunitária? A poupança familiar e o crédito cooperativo estão ligados por uma lógica comum: confiança. A família ensina que o dinheiro deve ser tratado com respeito. A cooperativa transforma essa disciplina individual em capacidade coletiva. O depósito de uma família, a poupança de um comerciante, o investimento de um agricultor ou de uma pequena empresa não são apenas números numa conta. São recursos que, quando bem geridos, podem regressar à comunidade de sob a forma de crédito, desenvolvimento, emprego e estabilidade. É por isso que a poupança deve ser colocada no centro da conversa pública. Porque nenhuma economia será forte se as suas famílias forem financeira-

mente frágeis. Nenhuma comunidade será livre se viver endividada. Nenhum país terá futuro sólido se os seus cidadãos forem educados apenas para consumir e não para construir.

A educação financeira não pode limitar-se a ensinar taxas de juro, produtos bancários ou instrumentos de investimento. Deve começar por uma pergunta mais simples e profunda: que relação temos com o dinheiro? Vemos o dinheiro como fim ou como meio? Como instrumento de vaidade ou de liberdade? Como poder individual ou como responsabilidade familiar e social? Há uma diferença enorme entre desejar riqueza e construir prosperidade. A riqueza pode ser imediata, visível e até frágil. A prosperidade é mais discreta, mais lenta e mais sólida. A riqueza impressiona. A prosperidade sustenta. A riqueza pode depender da conjuntura. A prosperidade depende de hábitos, instituições e valores. Por isso, uma sociedade que deseja prosperar deve começar por formar famílias capazes de poupar, investir e transmitir responsabilidade. A poupança começa em casa, mas não termina em casa. Quando se torna hábito familiar, transforma-se em cultura social. Quando se junta ao cooperativismo, transforma-se em força comunitária. Quando é orientada para a criação de valor, transforma-se em prosperidade duradoura. E talvez seja essa a grande lição: uma sociedade não se mede apenas pelo dinheiro que circula, mas pelo valor que consegue preservar, multiplicar e transmitir. A família ensina a poupar. A cooperativa ajuda a transformar essa poupança em desenvolvimento. E a comunidade colhe os frutos quando dinheiro, trabalho e confiança caminham na mesma direção.

Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras
manuel.guerreiro@ccamtv.pt



Tribuna Social
Eduardo Teixeira

Quando a terra treme, a solidariedade impera

As imagens que continuam a chegar da Venezuela são devastadoras. O sofrimento provocado pelos violentos sismos, que já fizeram milhares de vítimas mortais, provocaram dezenas de milhares de feridos e deixaram um rasto de destruição sem precedentes, merece, antes de mais, uma palavra de profundo pesar e solidariedade para com todas as famílias atingidas. Entre elas, contam-se dezenas de portugueses e lusodescendentes que perderam a vida, bem como muitos outros que continuam desaparecidos ou que viram desaparecer, em poucos segundos, uma vida inteira de trabalho e de sacrifício.

Portugal mantém há décadas uma forte ligação humana, cultural e afetiva com a Venezuela. Ali vive uma das maiores comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, construída por gerações de emigrantes que partiram em busca de melhores oportunidades, mas que nunca deixaram de manter viva a ligação ao seu país de origem. É precisamente nestes momentos que essa ligação deve deixar de ser apenas simbólica para se traduzir em apoio efetivo.

A dimensão da tragédia torna-se ainda mais preocupante perante os relatos que continuam a surgir no terreno. Crescem as queixas da população quanto à insuficiência da resposta das autoridades venezuelanas e chegaram mesmo a ser denunciados casos de alegadas pilhagens de habitações por elementos das forças policiais. Quando uma catástrofe natural é acompanhada pelo colapso da ordem pública e pela incapacidade de proteger quem já perdeu tudo, o sofrimento das populações torna-se ainda mais dramático.

A diáspora portuguesa mere-

ce sentir que Portugal não esquece os seus. Os portugueses que vivem além-fronteiras continuam a ser parte integrante da nossa identidade nacional, contribuindo diariamente para afirmar o nome de Portugal no mundo. Quando enfrentam uma tragédia desta dimensão, têm o direito de esperar uma resposta firme, coordenada e solidária por parte do Estado português.

É, por isso, essencial garantir todo o apoio consular, logístico e humanitário necessário às famílias afetadas. O decreto de um dia de luto nacional constitui um gesto de respeito para com todas as vítimas, em especial para os cidadãos portugueses e lusodescendentes que perderam a vida. Contudo, o simbolismo deve ser acompanhado por medidas concretas. Muitas pessoas perderam as suas casas, a família, os seus negócios e os seus meios de subsistência. Algumas poderão não reunir condições para permanecer na Venezuela e desejarão regressar a Portugal para recomeçar as suas vidas.

Nessas circunstâncias, o Estado português deve estar preparado para apoiar esse eventual regresso, assegurando mecanismos que facilitem o acolhi-

mento, a integração e a reconstrução de uma vida com dignidade. Não se trata apenas de uma obrigação institucional; trata-se de um dever moral para com cidadãos portugueses que nunca deixaram de fazer parte da nossa comunidade nacional.

Também é importante reconhecer todas as iniciativas solidárias que têm surgido para apoiar as vítimas, como as dos deputados do Chega, que irão doar parte do respetivo vencimento para apoiar diretamente as vítimas e a comunidade luso-venezuelana afetada. Porque a solidariedade demonstra-se, acima de tudo, através de ações concretas.

Perante uma tragédia desta dimensão, Portugal deve igualmente mobilizar todos os instrumentos diplomáticos ao seu alcance para reforçar a cooperação internacional e contribuir para uma resposta rápida e eficaz. A dimensão humana desta catástrofe exige uma mobilização que ultrapassa fronteiras e que envolva os parceiros europeus e as organizações internacionais.

Os sismos recordam-nos da forma mais cruel como a vida pode mudar em poucos instantes. Mas recordam-nos também que a verdadeira força de um país mede-se pela forma como cuida dos seus cidadãos, estejam eles onde estiverem. A comunidade portuguesa na Venezuela não pode sentir-se abandonada. Hoje, mais do que nunca, precisa de saber que Portugal continua presente, solidário e disponível para apoiar, seja na reconstrução da sua vida naquele país, seja no regresso à sua terra de origem.

Porque quando a terra treme, o dever de um país é permanecer firme ao lado dos seus.

Economista e deputado à Assembleia da República pelo Chega

“

A diáspora portuguesa merece sentir que Portugal não esquece os seus. (...) Quando enfrentam uma tragédia desta dimensão, têm o direito de esperar uma resposta firme.”



Moradores observam uma cratera no local de um ataque com míssil russo a uma zona residencial em Kiev.

EPH/SERGEY DOLZHENKO

Ataque mortal russo leva Zelensky a insistir que Kiev precisa de defesas aéreas

GUERRA Pelo menos 21 pessoas morreram no ataque “mais massivo” contra a capital ucraniana. Kallas vai propor mais sanções a Moscovo.

TEXTO ANA MEIRELES

Vagas de mísseis e drones russos atingiram Kiev na madrugada de ontem, matando, pelo menos 21 pessoas, de acordo com o diretor da Administração Militar da capital ucraniana, Tymur Tkachenko. O autarca da cidade, Vitali Klitschko, apontava para 86 feridos, 70 dos quais tinham sido hospitalizados, na sequência daquele que considerou ser o ataque “mais massivo” contra Kiev desta guerra.

Questionado sobre se a Ucrânia iria retaliar, Volodymyr Zelensky respondeu: “Definitivamente, sim”. Falando aos jornalistas durante visita a um prédio destruído em Kiev, o líder ucraniano sublinhou ainda que este ataque voltou a expor a falta de defesas aéreas na Ucrânia. “Se os nossos parceiros tivessem entre-

gue o que prometeram a tempo, acredito que poderíamos ter salvo mais casas e, francamente, mais vidas”, criticou.

Logo após o ataques, e usando as redes sociais, Zelensky já havia feito o mesmo apelo. “O fornecimento de sistemas de defesa aérea para a Ucrânia é uma questão absolutamente prioritária e crítica. É importante que haja contribuições para o programa PURL [da NATO]: isto é algo que funciona diretamente para salvar vidas. Cada acordo bilateral que temos com os nossos parceiros sobre sistemas de defesa aérea é realmente útil. Estou grato a todos os líderes que ajudam”, escreveu logo depois dos ataques. “É particularmente importante que os nossos acordos sobre a produção de sistemas antibalísticos avancem. Contamos muito com a de-

“Se os nossos parceiros tivessem entregue o que prometeram a tempo, acredito que poderíamos ter salvo mais casas e, francamente, mais vidas”, criticou o presidente ucraniano, numa referência às defesas aéreas prometidas pelos aliados de Kiev.

cisão dos Estados Unidos sobre as licenças para os *Patriote* outro trabalho conjunto: isto é algo que pode pôr fim à guerra e aos ataques semelhantes”.

Número recorde pessoas abrigadas no metro

“Foi uma noite terrível para Kiev”, afirmou Klitschko, acrescentando que houve “danos em todos os distritos da cidade”. Ao início da manhã, tinham sido registados danos em mais de 30 locais em todos os distritos de Kiev, incluindo seis pisos de um edifício de nove andares que colapsaram na zona de Darnytsky.

Um número recorde de pessoas procurou abrigo nas estações de metro de Kiev durante a noite – 52.500 pessoas, incluindo quase 4.500 crianças. Segundo o Metro de Kiev, existem 46 estações subterrâneas que funcionam como abrigos na cidade.

De acordo com a Força Aérea da Ucrânia, Moscovo lançou 74 mísseis e 496 drones de longo alcance durante o ataque, a maioria deles tendo Kiev como alvo – 28 dos mísseis disparados contra a capital eram mísseis balísticos, um número recorde para um único ataque contra a cidade. Quarenta e oito mísseis e 476 drones foram abatidos ou neutralizados, mas 25 mísseis balísticos e 12 drones atingiram 33 locais, de acordo com a mesma fonte.

A líder da diplomacia da União Europeia, Kaja Kallas, reagiu aos mais recentes ataques contra Kiev com a garantia de que vai propor novas sanções contra a Rússia, pois, acrescentou, “apenas palavras de condenação não deterão os ataques a Kiev. Só o apoio militar sustentado à Ucrânia e uma maior pressão sobre Moscovo podem fazer isso”.

“Proporei sancionar mais entidades que apoiam o complexo militar-industrial da Rússia em resposta aos ataques. Quanto mais Moscovo atacar civis, mais sanções devem ser impostas. Continuamos a aumentar o custo até que a Rússia entenda que não pode ganhar”, acrescentou.

O Kremlin insistiu ontem que as forças russas tinham visado apenas “alvos militares ou quase militares”, com o porta-voz da presidência russa, Dmitry Peskov, a adiantar que Vladimir Putin tinha sido informado sobre o ataque e que “Moscovo continuará a aumentar a pressão sobre o regime de Kiev para alcançar os seus objectivos declarados”.

“Estes ataques são um lembrete contundente de que, enquanto a Ucrânia continua a procurar a paz, [Vladimir] Putin continua a infligir sofrimento e violência ao povo ucraniano”

Keir Starmer
Primeiro-ministro britânico

“A Rússia responde a todo esforço de paz com mais terror contra civis. Pressão máxima, sanções mais fortes e apoio militar contínuo são o único caminho para forçar a Rússia a escolher a paz”

Andrii Sybiba
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia

“A Rússia deve pôr fim a estas agressões e agir como ator responsável da comunidade internacional. O governo italiano continuará a apoiar Kiev com determinação, até à conquista de uma paz justa e duradoura.”

Antonio Tajani
Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália

“A verdadeira natureza da agressão russa foi revelada mais uma vez. Em vez de aceitar as repetidas ofertas para negociar a paz, a Rússia atacou durante a noite edifícios residenciais e uma instalação médica em Kiev”.

Petr Pavel
Presidente da República Checa



Hernán Gil foi detetado no domingo, tendo então começado uma complexa operação de resgate.

O venezuelano que não quis dar ilusões à mulher saiu com vida dos escombros

RESGATE Hernán Gil esteve soterrado mais de uma semana. Foi extraído numa operação que envolveu socorristas portugueses.

TEXTO CÉSAR AVÓ

Osito dias depois do duplo sismo com epicentro em La Guaira, Venezuela, um sobrevivente foi resgatado com vida após 72 horas de trabalho que envolveu meia centena de socorristas. Os gritos de Hernán Gil, de 43 anos, tinham sido ouvidos no domingo.

Vigilante de um centro comercial, Gil estava na guarita do parque de estacionamento onde trabalhava em Catia La Mar, no estado de La Guaira. Desde o início da semana, os socorristas de vários países – Chile, Costa Rica, EUA, México e Portugal, além da Venezuela – tentaram reforçar as fundações do edifício com vigas de madeira e metal, para evitar que o prédio, já parcialmente destruído, desabasse na totalidade. As equipas internacionais, lideradas por especialistas chilenos, tinham como plano inicial escavar um túnel de 60 centímetros por 60 centímetros, mas teve de ser abandonado na terça-feira, quando a construção voltou a mexer-se. Decidiram então abrir

um acesso paralelo depois de o primeiro ter sofrido vários colapsos parciais, com o objetivo de aumentar as hipóteses de chegar em segurança ao ponto onde se encontrava o homem preso.

Quando foi encontrado com vida, Gil pediu para não contar à mulher que estava vivo, “caso acabasse por não resistir”, disse o socorrista da Cruz Vermelha da Costa Rica, Mínyar Collado, à Associated Press. “Quando soube que ele estava vivo, vi um raio de luz na escuridão”, disse a sua mulher, Gusbimar González, que tem dois filhos, de oito e dez anos, com Gil. Segundo familiares e socorristas, as equipas conseguiram contactar com o sobrevivente, que se manteve consciente, e conseguiram dar-lhe água e comida atra-

O último balanço oficial regista 2295 mortos, mas há ainda 41 mil desaparecidos.

vés de pequenos acessos abertos nos escombros. Além disso, uma mangueira flexível permitiu-lhe enviar ar puro. Num vídeo publicado pelos bombeiros chilenos horas antes do resgate, Gil é instruído para olhar para a câmara e usar óculos de proteção, para se proteger das partículas.

Hernán Gil, que foi a 13.º pessoa resgatada com vida pelas equipas internacionais, foi hospitalizado em Caracas. Segundo a agência EFE, uma tomografia detetou várias lesões menores, como uma luxação da clavícula esquerda. “Celebramos a grandeza do ser humano quando se une por um único objetivo: salvar o outro”, escreveu no X a líder interina Delcy Rodríguez.

O mais recente balanço do regime venezuelano aponta para 2295 mortos e 11267 feridos. Segundo a plataforma Venezuela Reporta há mais de 41 mil desaparecidos. As autoridades portuguesas listam 79 mortos com nacionalidade lusa ou dupla nacionalidade. Há ainda 64 portugueses desaparecidos.

Funeral de Khamenei adia negociações com EUA

As negociações entre os EUA e o Irão, em Doha, pausaram devido às cerimónias fúnebres do *ayatollah* Khamenei, morto em 28 de fevereiro, que iniciam amanhã. O negociador-chefe Bagher

Ghalibaf apelou para a participação popular nas cerimónias – que terminam dia 9, em Mashhad e passam pelo Iraque, após três dias de luto em Teerão –, como forma de vingar a morte do guia supremo.

CERTIFICADO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO

Que neste Cartório de Lisboa, do Notário Rui Manuel Justino Januário, sito na Avenida João Crisóstomo, número vinte seis-A, por efeitos da escritura de justificação notarial, outorgada nesta data, lavrada a folhas 99 e seguintes do livro de notas 699-A, foi por **MARIA MANUELA VILELA HENRIQUES**, solteira, maior, natural da freguesia da Lapa, concelho de Lisboa, residente na Rua Comandante Carvalho Araújo, n.º 38, rés-do-chão, em Loures, justificado o seguinte: Que a referida se intitulou, com exclusão de outrem, única possuidora e legítima proprietária dos seguintes imóveis:

UM - **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra “B”, correspondente à **LOJA B**, lado direito, com uma arrecadação na cave, com saída direta para a via pública,

DOIS - **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra “D”, correspondente ao **RÉS-DO-CHÃO DIREITO**, habitação,

TRÊS - **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra “F”, correspondente ao **PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO**, habitação,

QUATRO - **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra “H”, correspondente ao **SEGUNDO ANDAR ESQUERDO**, habitação, e

CINCO - **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra “J”, correspondente ao **TERCEIRO ANDAR ESQUERDO**, habitação,

As quais fazem todas parte do prédio urbano em regime de propriedade horizontal situado em Avenida do Brasil, n.º 3, 3-A e 3-B, na freguesia de Falagueira-Venda Nova, concelho de Amadora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Amadora sob o número **MIL QUINHENTOS E TRINTA E CINCO**, da dita freguesia, registadas a propriedade horizontal conforme a Ap. 5 de 2002/06/25 e a aquisição, em comum e sem determinação de parte ou direito, a favor de **MARIA DE LURDES FERREIRA NOVO CASTELHANO**, viúva, e **ALMIRO DA SILVA COSTA** e mulher **CAROLINA DE JESUS HENRIQUES**, casados que foram sob o regime da comunhão geral, nos termos da inscrição Ap. 7970 de 2025/12/22, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 823.

Que, após a constituição da propriedade horizontal do prédio e a subsequente divisão de coisa comum das frações por ele compostas, tituladas por escritura pública outorgada em 23 de maio de 2002, lavrada a folhas 26 do Livro de Notas n.º 369-F do então Cartório Notarial de Mafra, as frações autónomas aí constituídas ficaram adjudicadas, em comum e sem determinação de parte ou direito, ao casal **ALMIRO DA SILVA COSTA** e **CAROLINA DE JESUS HENRIQUES**, bem como a **MARIA DE LURDES FERREIRA NOVO CASTELHANO**.

Que, em meados de dois mil e quatro, em dia e mês que a justificante não consegue precisar, **MARIA DE LURDES FERREIRA NOVO CASTELHANO** celebrou com **ALMIRO DA SILVA COSTA** e mulher, **CAROLINA DE JESUS HENRIQUES**, acordo verbal de partilha relativo às frações autónomas acima identificadas, nos termos do qual tais frações ficaram adjudicadas, na totalidade, ao referido casal, tendo aquela recebido as tornas então apuradas entre eles.

Que tal partilha nunca foi reduzida a escrito e o casal não ficou a dispor de título formal que lhes permitisse promover o respetivo registo em seu nome junto da Conservatória do Registo Predial. Que apesar disso, **ALMIRO DA SILVA COSTA** e mulher entraram desde logo na posse e fruição da totalidade dos mencionados imóveis e respetivas utilidades, assumindo, designadamente, o pagamento dos impostos devidos.

Que no dia dezois de dezembro de dois mil e treze, na freguesia de Carnide, concelho de Lisboa, faleceu, sem descendentes nem ascendentes vivos, **ALMIRO DA SILVA COSTA**, no estado de casado com **CAROLINA DE JESUS HENRIQUES** sob o regime da comunhão geral, com última residência conhecida na Rua 17, n.º 109, Bairro Alto da Ajuda, freguesia de Ajuda, concelho de Lisboa, tendo-lhe então sucedido, como única herdeira, sua referida esposa, a qual manteve a posse e fruição sobre a totalidade dos identificados bens imóveis.

Que, por sua vez, no dia um de maio de dois mil e vinte e um, na freguesia e concelho de Loures, faleceu aquela **CAROLINA DE JESUS HENRIQUES**, no estado de viúva do dito **ALMIRO DA SILVA COSTA**, também sem descendência sucessível nem ascendentes vivos, a qual legou verbalmente a totalidade das já mencionadas frações autónomas à justificante, **MARIA MANUELA VILELA HENRIQUES**, que assim lhe sucedeu na posse das mesmas, tendo, desde logo, entrado na posse e fruição da totalidade daqueles imóveis.

Que a posse da justificante, em nome próprio, acresce, por sucessão e acesso, à posse dos anteriores possuidores, nos termos dos artigos 1256.º e 1255.º, ambos do Código Civil, constituindo uma única cadeia possessória, posse que assim se mantém há mais de vinte anos, sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja e à vista de toda a gente.

Que essa posse foi adquirida e mantida sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades das frações autónomas, tendo sempre o possuidor suportado todos os encargos, impostos e respetivas despesas de conservação, procedendo às manutenções necessárias e agindo de forma correspondente ao exercício do direito de propriedade.

Que tal posse, exercida em nome próprio, pacífica, contínua e pública, há mais de vinte anos, conduziu à aquisição dos referidos imóveis por **USUCAPÍAO**, direito que invoca, justificando o seu direito de propriedade para efeitos de registo predial, dado que esta forma de aquisição não pode ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial.

Lisboa, 24 de junho de 2026
O Colaborador,

Ricardo Bruno Pereira Martins
(No uso da autorização conferida nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 26/2004, de 04.02)

Que o recibo deste extrato está incluído na conta da aludida escritura – PA 3030 /2026



Notas geopolíticas: a ordem internacional e as crises do presente

Victor Ângelo

A NATO e a armadilha das linhas vermelhas

Na próxima semana, os chefes de Estado e de governo de 32 países reunir-se-ão em Ancara para a Cimeira Anual da NATO. O encontro decorrerá num contexto internacional complexo, marcado por novas crises regionais e compromissos de Defesa históricos — na sequência das exigentes metas orçamentais aprovadas no ano passado em Haia. A somar a isto, há um debate interno mais intenso sobre como responder a uma Rússia que, além da invasão ilegal da Ucrânia, ameaça a Europa Ocidental.

No que respeita a Moscovo, a reunião deverá refletir o choque entre duas visões. Uma exige o fim da política de “ambiguidade estratégica” da NATO, defendendo que a Aliança deve traçar linhas vermelhas contra as sabotagens russas. A outra adverte que, fazê-lo, é cair numa armadilha que poderá arrastar a Europa para um confronto catastrófico.

Para a NATO responder eficazmente aos desafios da próxima década, a cimeira terá de forjar uma síntese: clareza política sobre a ameaça que enfrentamos e sobre o papel da Aliança, combinada com uma ambiguidade deliberada e assimétrica sobre os tipos de resposta possíveis.

Qualquer síntese tem de partir de um facto tantas vezes silenciado: a NATO é, por tratado, uma aliança de defesa coletiva cujo propósito fundador é a segurança dos seus membros. Deve ficar claro que não se trata de um pacto ofensivo dirigido contra Moscovo ou qualquer outro Estado. Quando participou em operações fora da sua área, fê-lo por considerar, certa ou erradamente, que estava em causa a estabilidade euro-atlântica. A experiência ensinou-nos, agora, que essas operações requerem uma justificação política e jurídica exigente.

O Kremlin tem recusado reconhecer o direito de cada Estado soberano de escolher as suas alianças. A título de exemplo, refira-se que a Finlândia e a Suécia não aderiram à NATO por impo-

sição da Aliança, mas sim porque os seus cidadãos decidiram, democraticamente, que a adesão reforçaria decisivamente a sua segurança.

A aspiração da Ucrânia a uma integração mais estreita nas estruturas europeias e euro-atlânticas não é diferente — trata-se de uma escolha soberana. A Rússia não tem qualquer direito de veto sobre as decisões independentes dos seus vizinhos. Tratar a política de porta aberta da NATO como um ato de hostilidade não é uma atitude legítima; é uma reivindicação obsoleta baseada na teoria das esferas de influência que o Direito Internacional não reconhece e que o carácter defensivo da NATO contraria.

Os defensores da clareza têm razão no diagnóstico: a ambiguidade, quando confundida com ausência de resposta, fracassa. A estratégia da NATO tem consistido em deixar indefinidas as fronteiras do tolerável. Assim, Moscovo parece ter visto essa contenção como hesitação e fragilidade. Por isso, intensificou nos últimos anos as suas campanhas de desestabilização contra vários Estados da Europa Ocidental, recorrendo a *drones*, ataques cibernéticos, meios navais, bem como a operações de eliminação e tentativas de assassínio de personalidades europeias e antigos espões que se refugiaram na UE e no Reino Unido.

Isto não são meros incidentes na zona cinzenta. São atos hostis que, em certos casos, podem aproximar-se do limiar da guerra. Recusar nomeá-los pode transmitir a perceção de que esses atos ainda não ultrapassaram a barreira política que desencadearia uma resposta mais dura. Manter-se em silêncio para evitar o agravamento da situação é uma falsa prudência.

Por outro lado, os pragmáticos têm igualmente razão. Exigir que a NATO defina linhas vermelhas públicas e inequívocas para um confronto híbrido ignora o princípio fundamental da dissuasão: uma linha vermelha só tem credibilidade se os Estados-membros estiverem preparados para responder,

incluindo, em último recurso, com meios militares, a uma violação deliberada.

Se a NATO declarar que sabotar uma infraestrutura crítica de telecomunicações constitui um ato de guerra, o que acontece na manhã seguinte? Responder com força militar pode desencadear um conflito alargado. Não responder energeticamente expõe a linha vermelha como um *bluff*. Esse desfecho seria um desastre, capaz de comprometer gravemente a credibilidade da

NATO. A ambiguidade estratégica não revela fraqueza; confere flexibilidade para decidir qual a retaliação mais adequada e deixa o adversário na dúvida quanto aos limites que não deve ultrapassar.

Uma declaração forte dos 32 Estados-membros, de que as operações clandestinas constituem ações hostis contra a segurança dos aliados, dará aos governos o mandato político para mobilizar recursos, reforçar infraestruturas e explicar aos cidadãos o que está em jogo — reafirmando, no mesmo fôlego, que a NATO nada pretende da Rússia além do respeito pela soberania e pela segurança dos seus membros.

A cimeira terá de se focar em três vertentes políticas essenciais: primeiro, o reforço da cooperação no interior da NATO; segundo, a intensificação do apoio dos diversos Estados aliados à Ucrânia; e, terceiro, a coragem de tomar iniciativas diplomáticas que sirvam a paz.

A nível operacional, certas linhas exigem igual atenção: é imperativo afinar a capacidade de análise — assente numa cooperação sem reservas com os serviços de informações aliados —, aumentar a vigilância marítima, proteger as infraestruturas críticas e investir substancialmente na área cibernética.

Nada disto exige que a NATO se torne algo diferente daquilo que sempre foi. A Aliança não precisa de linhas vermelhas rígidas, nem de proclamações que a obriguem a escolher entre a escalada e a perda de credibilidade. Deve afirmar, com todas as letras, que não procura cercar a Rússia nem ameaçar a sua segurança, mas que não aceitará a intimidação, a sabotagem ou a subversão como instrumentos normais de relação entre os Estados. A sua força estará nesse equilíbrio: firmeza política, prudência estratégica e uma determinação que o adversário não consiga medir nem antecipar.

“

Uma linha vermelha só tem credibilidade se os Estados-membros estiverem preparados para responder, incluindo, em último recurso, com meios militares, a uma violação deliberada.”

Conselheiro em Segurança Internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

emprego

avisos, tribunais
e conservatórias


Publicita-se a abertura de procedimento de recrutamento de pessoal para a NOVA School of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

<https://www2.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe>

» Referência NOVASBE.CT.77.2026 – 1 Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, para exercer funções na área de Tecnologia, da NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho sem termo.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de **30 dias úteis** a contar da data da publicação do presente anúncio



MUNICÍPIO DE LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

AVISO

Ao abrigo do disposto no art.º 29.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na redação vigente, contendo ainda os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, torna-se público que a Câmara Municipal de Loures deliberou, em reunião de 18/10/2025 e 26/03/2026, emitir a Licença de Operação de Loteamento Com Obras de Urbanização n.º 02/2026 – Processo n.º 72.249/URB_L_L/2022, em nome de ANTONIO SOUSA ALEXANDRE e Outros, contribuinte fiscal nº 115 779 841, com morada para o efeito na Rua Miraflores, lote 46, Bairro da Fraternidade, 2695-599 São João da Talha, através do qual é licenciada a operação de loteamento e as respetivas obras de urbanização que incidem sobre a Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) denominada de Bairro da Fraternidade – CÉLULA 2 – SÃO JOÃO DA TALHA – UNIDADE DAS FREGUESIAS DE SANTA IRIA DE AZOIA, SÃO JOÃO DA TALHA e BOADELA, com a área total em registo de 69.011,06m² e a área total retificada de 59.948,86m². Serão constituídos 121 lotes, numerados de 1 a 121, destinados a habitação usos compatíveis, com as áreas e confrontações indicadas na planta de loteamento, constante no processo acima referido, o qual pode ser consultado neste Município.

Área abrangida pelo Plano Diretor Municipal.

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, 30 de maio de 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Ricardo Jorge Colaço Leão

RICARDO JORGE COLAÇO LEÃO



PARA ANUNCIAR
**800
241
241**

CHAMADA
GRATUITA

DIAS ÚTEIS
Entre as 9
e as 18.30h




AVISO n.º
2-2026-DLU-DGEA

ÁREA URBANA DE GÉNESE ILEGAL, DENOMINADA BAIRO DAS SALGADAS NASCENTE, FREGUESIA DE ALCABIDECHE | PROCESSO DE RECONVERSÃO – SPO 962/2013

ANA RITA COIMBRA, VEREADORA DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS TORNA PÚBLICO QUE, em cumprimento do disposto no art.º 28.º da Lei n.º 91/95 de 02 de setembro, na sua atual redação, na data de 19 de maio de 2026 foi emitido parecer final de aprovação do procedimento de Reconversão Urbanística sob a forma de loteamento referente à área urbana de génese ilegal denominada Bairro das Salgadas Nascente, Alcabideche.

A operação de loteamento consiste na divisão do prédio que integra a AUGI em 9 lotes destinados a habitação, comércio e serviços, nas condições e parâmetros urbanísticos estipulados, conforme mapa de medições, regulamento e memória descritiva identificados na proposta n.º 856/2017, apresentada a deliberação da Câmara Municipal de Cascais a 12 de setembro de 2017.

Durante o **prazo de 15 dias**, os interessados podem participar, por escrito, dirigindo as suas reclamações, observações, sugestões ou oposições ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais, por via postal ou entrega presencial no balcão de atendimento da Loja Cascais sita no Edifício Cascais Center na Rua Manuel Joaquim Avelar n.º 118, piso – 1, 2750-281 Cascais ou da Loja de Tires sita Praça Fernando Lopes Graça, n.º 156 A, Tires, 2785-625 São Domingos de Rana.

E, para que conste, se publica o presente edital e outros de igual teor, que serão afixados na área de intervenção do loteamento, na sede do Município, na Junta de Freguesia, publicitados no sítio oficial da Câmara Municipal de Cascais (www.cm-cascais.pt) e ainda publicitado em dois dias consecutivos em jornal de divulgação nacional.

Cascais, 29 de junho de 2026

Ana Rita Coimbra
Vereador



INSTITUTO DE HIGIENE E
MEDICINA TROPICAL
DESDE 1902

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa para:

- 1 vaga de **TÉCNICO SUPERIOR (m/f)**, referência CT-NSAUEI/12-2026 ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

<https://www.ihmt.unl.pt/category/bolsas-e-concursos/>

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de **6 dias úteis** a contar da data da publicação no site do IHMT.



INSTITUTO DE HIGIENE E
MEDICINA TROPICAL
DESDE 1902

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa para:

- 1 vaga de **TÉCNICO SUPERIOR (m/f)**, referência CT-GCPAJ/11-2026 ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

<https://www.ihmt.unl.pt/category/bolsas-e-concursos/>

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de **6 dias úteis** a contar da data da publicação no site do IHMT.

Diário de Notícias

CLASSIFICADOS



PARA ANUNCIAR **800 241 241**
Chamada gratuita





Info Line
707 100 561
geral@avaliberica.pt
avaliberica.pt

LEILÃO PRESENCIAL

Ílhavo

LOCAL LEILÃO
Zona Industrial das Ervasos - ÍLHAVO
GPS: 40.59093, -8.63957

LEILÃO ELETRÓNICO

S. Martinho do Bispo |
Antanhol - Coimbra

Notas: No acto da inscrição é obrigatório a entrega de um cheque caução no valor de 5.000€, que será devolvido no final do leilão. O presente anúncio não dispensa a consulta integral do regulamento de venda e informações complementares, disponíveis no site Avaliberica ou a entregar sempre que solicitado. A venda é efetuada nos termos do disposto no art. 834.º do CPC.

Torbel, S.A.
Proc. n.º 621/24.6TBAVR - Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo de Comércio de Aveiro - Juiz 1
LOCAL LEILÃO: Zona Industrial das Ervasos - ÍLHAVO
GPS: 40.59093, -8.63957

LEILÃO PRESENCIAL

10-JUL-26 [15h]



ÍLHAVO

LOCAL LEILÃO: Zona Industrial das Ervasos - ÍLHAVO | GPS: 40.59093, -8.63957



Máquinas e equipamentos destinados à indústria metalomecânica | Meios de movimentação e carga | Mobiliário de escritório e equipamento informático



FUNCIONAMENTO DO LEILÃO:

- a) 1.ª Fase de venda - Venda do estabelecimento pelo valor global de 2.153.308,75€. A venda está isenta do pagamento de IMT e de Imposto de Selo, nos termos dos art. 270.º e 269.º do CIRE, assim como de IVA nos termos do artigo 3.º, n.º 4 do CIVA;
b) 2.ª Fase de Venda - Venda dos imóveis pelo valor de 1.697.035€ e bens móveis pelo valor de 456.273,75€.
c) 3.ª Fase de Venda - Venda lote a lote, verba a verba ou outras possíveis.

Gestor Comercial: Gonçalo Felizol - 916 692 364

VISITAS IMÓVEIS E BENS MÓVEIS: 06/07/2026 das 14h às 16h e 09/07/2026 das 10h às 12h30 e das 14h às 16h.

Cool Haven - Habitações Modulares e Eco- Sustentáveis, S.A.
Proc. n.º 721/25.5T8CBR - Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízo de Comércio de Coimbra - Juiz 2

LEILÃO ELETRÓNICO

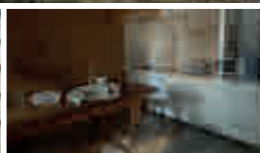
Início 15-JUN-26 [17h] | Fim 14-JUL-26 [11h]

Podendo prolongar-se por períodos de 30'



SÃO MARTINHO DO BISPO - COIMBRA

Gândara/Broeiras, Lote n.º 5 - SÃO MARTINHO DO BISPO - COIMBRA
GPS: 40.179172, -8.464967



VERBAS i1 e 3

Privativa - 887m² | Construção - 900m² | Dependente - 13m² | Terreno - 3.384m²

Armazém destinado a atividade industrial e logradouro
Cilindros de aquecimento de água | Mobiliário de cozinha

VALOR **476.100,00€**

ANTANHOL - COIMBRA

Gândara/Broeiras, Lote n.º 4 - ANTANHOL - COIMBRA | GPS: 40.179228, -8.465448



VERBAS i2, 1 e 2

Privativa - 582m² | Terreno - 3.418,50m²

Armazém destinado a serviços e atividade industrial, com duas divisões de utilização independente
Mobiliário de escritório e equipamento informático | Ponte rolante IB

VALOR **392.980,00€**

NOTAS IMPORTANTES:

O adquirente tem obrigatoriamente de cumprir com os estatutos e regulamento do Iparque, constantes nas condições da venda.

Verbas i1 e i2: Os imóveis em causa encontram-se apreendidos a favor da Massa Insolvente, estando em curso as diligências necessárias à conversão do registo em definitivo, nos termos do n.º 119 do Código do Registo Predial.

O leilão admite registos de oferta inferiores ao valor mínimo de venda.

Gestor Comercial: José Gonçalves - 914 392 414

VISITAS IMÓVEIS E BENS MÓVEIS: 10/07/2026 das 10h às 12h e das 14h30 às 16h30.



Info Line
707 100 561
 geral@avaliberica.pt
 avaliberica.pt

CARTA FECHADA

Mire de Tibães -
 Braga

Gestor Comercial:
 António Lagoa - 916 329 560

VISITAS IMÓVEIS E BENS
 MÓVEIS:

08/07/2026
 das 10h30 às 12h30
 e das 14h30 às 16h30

13/07/2026
 das 10h30 às 12h30

Notas: No acto da inscrição é obrigatório a entrega de um cheque caução no valor de 5.000€, que será devolvido no final do leilão. O presente anúncio não dispensa a consulta integral do regulamento de venda e informações complementares, disponíveis no site Avaliberica ou a entregar sempre que solicitado. A venda é efetuada nos termos do disposto no art. 834.º do CPC.

Satinskin Têxteis S.A.
 Proc. n.º 1438/26.9TBVNF - Tribunal Judicial da Comarca de Braga -
 Juízo de Comércio de Vila Nova de Famalicão - Juiz 1

CARTA FECHADA
 Receção/Abertura PORTO
 Com licitação entre os dois melhores proponentes
14-JUL-26 [10h]



INDÚSTRIA TÊXTIL

MIRE DE TIBÃES - BRAGA



Lugar de Ruães, R/C - MIRE DE TIBÃES - BRAGA | GPS: 41.583546, -8.480372



VERBA	DESCRIÇÃO	ÁREA
81	Fração autónoma, destinada a armazém e atividade industrial	846,20m ²
82	Fração autónoma, destinada a armazém e atividade industrial	468,70m ²
83	Fração autónoma, destinada a armazém e atividade industrial	5.138,30m ²

satinskin
 Digital textile printing

Marca Europeia
 "SATINSKIN DIGITAL TEXTILE PRINTING"
 Registrada sob o n.º 318199608 no EUIPO

VALOR GLOBAL

5.257.975,00 €



Máquinas e equipamentos para indústria têxtil | Mobiliário de escritório e equipamento informático |
 Mobiliário e equipamento de cozinha | Meios movimentação e carga | Produto acabado e
 matéria-prima | Viaturas: Ford Fiesta 1.4 Tdi | Renault Kangoo Express 1.5 dCi 90 | Fuso E-Class

PORQUE É DE **LEILÕES** QUE ESTAMOS A FALAR

AVALIBERICA.PT

Wagner Moura no palco do CCB. Na peça 'Um Julgamento' o veredito é do público

TEATRO *Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo* é um projeto de Christiane Jatahy e Wagner Moura a partir do texto de Henrik Ibsen. Faz pensar sobre o equilíbrio entre ambiente e economia, as ameaças à democracia e os perigos da desinformação. Está em cena no Centro Cultural de Belém a partir de hoje e até domingo.

TEXTO CARLA ALVES RIBEIRO

Admiradores do trabalho um do outro, levaria mais de 20 anos para que o ator Wagner Moura e a encenadora e cineasta Christiane Jatahy conseguissem finalmente conciliar agendas para desenvolver um projeto em conjunto. Há dois anos reencontraram-se e “começou um diálogo muito interessante, sem pressão”, diz Christiane Jatahy. “Uma coisa rara, sem datas”, acrescenta Wagner Moura.

A peça *Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo*, de Henrik Ibsen, foi o resultado de um processo que foi ao encontro dos interesses de ambos. “O Wagner é muito apaixonado por este texto, *O Inimigo do Povo*,

desde o início. Eu tinha muito a ideia de trabalhar sobre irmãos, de como a polarização pode romper a família... *O Inimigo do Povo* é um texto perfeito para discutir isso, mas eu confesso que resisti, porque eu não queria fazer a montagem do texto. Interessava-me mais fazer as perguntas a que este texto pudesse levar, interessava-me muito escutar como é que o público hoje, a sociedade, dialoga e reage a este texto”, disse a encenadora numa conferência de imprensa no Centro Cultural de Belém, onde a peça estará em cena a partir de hoje, 3 de julho, e até domingo.

Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo parte do texto do dramaturgo norueguês de

1882, mas não é uma adaptação do mesmo. A peça foi escrita por Christiane Jatahy, Wagner Moura e Lucas Paraizo e procurou aproximar o texto de Ibsen à vida real das pessoas. “E aí surgiu a ideia de um tribunal, um tribunal não no sentido preciso da palavra, porque não tem advogados não tem juízes, é um tribunal público onde as pessoas se defendem”.

Na peça de Ibsen, Thomas Stockmann é um médico de uma estância balnear numa pequena cidade cuja economia depende do turismo thermal. Ele descobre e denuncia na imprensa que as águas foram contaminadas e constituem um perigo para a saúde pública. Essa revelação, ao invés do que ele imaginava, acaba por não ser bem acolhida pela população, que é manipulada por jornais e políticos. Para o seu irmão, Peter Stockmann, presidente da câmara da cidade, os interesses económicos e políticos sobrepõem-se ao interesse público. Thomas Stockmann vê-se impedido de defender a sua posição e é declarado “inimigo do povo”.

Wagner Moura interpreta Thomas Stockmann que, neste texto original escrito a três mãos, está no tribunal perante um grupo de jurados. O ator Danilo Grangheia faz o papel do irmão, Peter Stockmann, e a atriz Julia Bernat interpreta Petra, a filha de Thomas, que vem em sua defesa. Neste julgamento, as



CAIO LIRIO



CAIO LIRIO

Em *Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo*, o grupo de 11 jurados do tribunal é escolhido de entre o público.

personagens principais vão visitar os acontecimentos do passado para decidir se Thomas Stockmann é ou não um inimigo do povo.

O público vai ter um papel ati-



PAULO SPRINGER

Julia Bernat, Danilo Grangheia, Christiane Jatahy e Wagner Moura.



CAROL LUIRO



viso. No final do julgamento eles terão de dar o veredito.

“Antes de entrarem, é oferecido aos espectadores a possibilidade de participarem no espetáculo. Recebem uma pulseira, são dadas mais pulseiras do que os jurados que vão subir ao palco. Já dentro do teatro é feito um sorteio, e as pessoas sobem ao palco, mas como nós distribuímos mais pulseiras do que o número de jurados, significa que se alguém se sentir constrangido, ou não quiser subir para participar como jurado, continuamos a sortear até completar o número de pessoas”, explica Christiane Jatahy.

Os jurados fazem perguntas previamente selecionadas pela encenadora. “As perguntas são incríveis, é um momento maravilhoso da peça, em que eu me concentro muito. Geralmente as perguntas são respondidas com a própria obra de Ibsen”, diz Wagner Moura. No final, “é muito raro haver um consenso” entre os jurados sobre o dilema apresentado, diz o ator.

Na história há uma personagem que é o coordenador do

júri, que em cada cidade onde a peça é apresentada é interpretada por um ator local. Nesta apresentação em Lisboa, no CCB, será a atriz Cleo Tavares a representar esse papel.

Um clássico é um clássico por alguma razão, sublinha Wagner Moura, e quase 150 anos depois de ter sido escrito, o texto de Henrik Ibsen é mais atual do que nunca. Como diz Christiane Jatahy, a peça encerra “camadas que se vão sobrepondo”, permitindo refletir sobre questões como a ecologia, a relação entre política e ciência, as *fake news* e o papel

“O que eu nunca fiz foi separar a minha vida do resto, não gosto da palavra carreira. As personagens são todas um pouco de nós mesmos”, diz Wagner Moura.

da imprensa, e as ameaças à democracia numa altura em que a extrema-direita cresce no mundo. Para Christiane Jatahy, vencedora em 2022 do Leão de Ouro pela carreira no teatro da Bienal de Veneza, não há que ter medo das palavras, e o fascismo, que utiliza os princípios democráticos para destruir a democracia, “é uma questão importante de ser discutida hoje em dia”.

No entanto, a encenadora diz que tem “tem horror a peças panfletárias” e que o fundamental neste espetáculo são as perguntas que são suscitadas.

A estreia mundial de *Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo*, foi em Salvador, na Bahia, no dia 2 de outubro de 2025. A peça seguiu depois para o Rio de Janeiro e na Europa foi apresentada pela primeira vez em Amsterdão, nos Países Baixos, entre 24 a 28 de junho deste ano.

Para Wagner Moura, distinguido como melhor ator no Festival de Cannes em 2025 pela participação no filme *O Agente Secreto* de Kleber Mendonça Filho, é um regresso ao teatro, onde começou a carreira. “Eu me considero

um ator de teatro. Eu comecei a trabalhar como ator numa época, nos anos 1990, em que a única coisa que a gente podia fazer em Salvador era teatro. A gente não podia fazer TV, a gente estava muito longe do eixo do Rio de Janeiro e de São Paulo, havia ainda muito preconceito com a forma como os nordestinos falavam”.

A última vez que o ator pisou um palco foi há 17 anos e, desde então, diz o ator, não apareceu um projeto de teatro com a “força” que ele pretendia para regressar. “O teatro é um compromisso muito importante, muito sagrado. Como eu tenho a oportunidade de fazer filmes e fazer televisão, o teatro é uma coisa que eu só faço quando me mobiliza muito. Não que as outras coisas também não possam ser assim, mas menos. O teatro é mais. A última coisa que eu fiz no teatro foi justamente em 2009, o *Hamlet*, com o Aderbal Freire-Filho. E a experiência foi muito autêntica, muito forte.”

Wagner Moura trabalhou em *Um Julgamento – depois do Inimigo do Povo* ao mesmo tempo que rodava *O Agente Secreto*. “Tem muito de mim mesmo, tanto esta personagem como a do *Agente Secreto*”, sublinha. “O que eu nunca fiz foi separar a minha vida do resto, não gosto da palavra carreira. As personagens são todas um pouco de nós mesmos, nós contemos multidões”, diz Wagner Moura, considerando que “tudo é política”.

O ator assume-se de esquerda e pessoa preocupada com a polarização política no Brasil e a desinformação. “Os factos não existem mais. A verdade acabou e isso me assusta”, disse aos jornalistas. “É o momento de fortalecer o jornalismo”, acrescenta.

No Brasil, defende, a direita “foi usurpada pela extrema-direita com a qual não há diálogo”. Um diálogo necessário para resolver questões complexas da sociedade, como aquelas levantadas na peça de Ibsen. Por exemplo, como “organizar uma forma de desenvolvimento que proteja o ambiente e em que as pessoas consigam sobreviver”.

A peça é uma coprodução do CCB, do Holland Festival (Amsterdão), do Festival d’Avignon (França), do Edinburgh International Festival (Escócia) e do DeSingel (Bélgica). Depois de Lisboa, o espetáculo segue para o prestigiado Festival d’Avignon, entre 11 e 22 de julho.

vo na peça, uma vez que os 11 jurados vão ser selecionados entre o público. Eles vão fazer perguntas a que Thomas Stockmann, ou seja, Wagner Moura, vai responder de impro-

Lídia Jorge: “É um prémio que se sabe que existe, mas ninguém imagina que vai ter”

LITERATURA Escritora foi anunciada ontem como a vencedora do Prémio Camões 2026. A decisão foi tomada pelo júri por unanimidade, destacando o seu “contributo para o enriquecimento do património literário e cívico-cultural da língua portuguesa”. Para Lídia Jorge, Camões “representa aquilo que é a alma e a vida portuguesa”.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

“**E**stou muito feliz por integrar esta já longa fila de escritores que têm recebido o prémio ao longo de todos estes anos, de todas as partes do mundo onde se fala a língua portuguesa. Portanto, sinto uma grande felicidade e, ao mesmo tempo, respeito”, disse Lídia Jorge ao DN pouco depois de ter sido anunciada ontem como a vencedora do Prémio Camões 2026. “Fiquei um bocadinho incrédula. É um prémio que se sabe que existe, mas ninguém imagina que vai ter”, afirmou.

A escritora explica as razões porque este prémio é relevante para si: “De facto, Camões, a vida dele e a obra, são duas coisas juntas, juntas e indissociáveis. E, quando se tem o prémio Camões, há dois sinais. Por um lado, ter um patrono de uma qualidade literária insuperável e, ao mesmo tempo, um exemplo de uma vida de diáspora extraordinária que representa aquilo que é a alma e a vida portuguesa. Então, esses dois símbolos dão-me uma alegria enorme”. Para a escritora portuguesa que no ano passado venceu o Prémio Pessoa, os prémios dão “alegria para continuar”.

O Ministério da Cultura, Juventude e Desporto avançou ontem, em comunicado, que a decisão do vencedor desta 38.ª edição do Prémio Camões foi tomada pelo júri por unanimidade. O júri esteve reunido ontem à tarde, 2 de julho, em formato *online* e destacou “o diversificado conjunto da sua obra e o grande contributo para o enriquecimento do património literário e cívico-cultural da língua portuguesa”.

O júri realçou a escrita “marcada por uma prosa poética densa” e os temas abordados, como “a transição democrática em Portugal, a condição feminina, a emigração, os conflitos geracionais,



Ao Prémio Pessoa recebido em 2025, Lídia Jorge junta o Prémio Camões.

ESTELA SILVA/LUSA

as transformações sociais e o papel da memória coletiva na construção da identidade contemporânea”.

O júri do Prémio Camões é composto por duas personalidades portuguesas, duas brasileiras, e dois representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Na edição deste ano integraram o júri os portugueses José Carlos Seabra Pereira e Ana Mafalda Leite, os brasileiros José Bessa e Lúcia Santaella, e Odete Semedo e Lopito Feijóo dos PALOP.

Nascida em Boliqueime, no Algarve, em 1946, Lídia Jorge estreou-se como romancista com a obra *O Dia dos Prodigios*, em 1980. É autora de uma vasta e diversificada obra literária, que inclui títulos como *O Cais das Merendas* (1982), *Notícia da Cidade*

“Sou uma escritora, de certa forma, fora de moda, porque os escritores, a maior parte, dedica-se à sua obra e não se envolve com esta matéria confusa que é a política, a sociedade. E eu sou irrequieta, não é? Sou irrequieta e, portanto, envolvo-me.”

Silvestre (1984), *A Costa dos Murmúrios* (1988) e, mais recentemente, *Estuário* (2018) e *Misericórdia* (2022). Só este último livro, editado pela Dom Quixote, recebeu o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Urbano Tavares Rodrigues, o Prémio do PEN Clube Português, o Prémio Fernando Namora e o Prémio Médicis Estrangeiro, em França, em 2023.

Conselheira de Estado, Lídia Jorge tem-se distinguido também pela sua intervenção cívica, que a faz dizer que é “uma escritora, de certa forma, fora de moda”. E isso, desenvolve, “porque os escritores, a maior parte, dedica-se à sua obra e não se envolve com esta matéria confusa que é a política, a sociedade. E eu sou irrequieta, não é? Sou irre-

quieta e, portanto, envolvo-me.” Para a escritora, esta faceta está “ao lado da obra”, mas admite que “é possível que as pessoas ao olharem para mim olhem vendo os dois campos”.

Lídia Jorge está a escrever um novo livro para ser lançado em 2027. “Será sobre o povo sim. É o meu sujeito, é o meu personagem, é este povo. Este povo de que eu gosto, cheio de defeitos e de qualidades. É sobre ele que eu escrevo e vou escrever até ao fim”.

Para a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, “ao longo de décadas, Lídia Jorge construiu uma obra de enorme exigência intelectual e literária, contribuindo para afirmar a língua portuguesa como espaço de criação, pensamento e diálogo entre culturas”.



Entre as imagens João Lopes

O Terreiro do Paço agora é uma arena

Contemplo uma belíssima representação do Terreiro do Paço com data de 1662. Trata-se de uma pintura assinada pelo holandês Dirk Stoop, da coleção do Museu de Lisboa, conservada no Palácio Pimenta (Campo Grande, Lisboa). Cito o texto descritivo do *site* do museu: “A obra foi identificada como possível representação da chegada a Lisboa de D. Francisco de Mello e Torres, 1º Conde da Ponte e embaixador extraordinário de Portugal em Londres, onde acordou o Tratado de Whitehall (23 de junho de 1661) e ultimou as negociações para o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.”

Dou um salto no tempo, lendo uma notícia publicada no *site* da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) há meia dúzia de semanas (18 de maio). Registra-se a assinatura de uma parceria entre a FPF e a Câmara Municipal de Lisboa, “para levar o Mundial de Futebol ao emblemático Terreiro do Paço, transformando um dos espaços mais icônicos da cidade no palco oficial da competição em Lisboa, entre os dias 11 de junho a 19 de julho.” Na cerimônia, Pedro Proença, presidente da FPF, definiu os fundamentos daquela parceria: “Há uma relação histórica entre as duas instituições para estes grandes eventos. Quero deixar um elogio ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que desde a primeira hora disse presente a este projeto da Federação Portuguesa de Futebol, porque sabe o quanto é importante esta relação umbilical que existe entre a nossa Seleção e a cidade de Lisboa, num espírito de união e de vontade coletiva de fazermos bem.”

Que aconteceu entre 1662 e 2026? Uma radical mudança da função pública das imagens. Aquilo que, há mais de 300 anos, existia como informação, reconhecimento e celebração de uma determinada arquitetura de poder diluiu-se agora num *gadget* social. O que mais importa é fazer passar uma ideia transcendente de multidão, a ponto de essa multidão ser consagrada como “objeto” estranho a qualquer consciência política do valor simbólico dos lugares por onde circulamos.

Não haverá muitas entidades institucionalizadas que detenham tamanho



O Terreiro do Paço numa pintura de Dirk Stoop (1662).

poder. O futebol passou mesmo a ser a única dessas entidades que, com a cumplicidade de muitos discursos televisivos, consegue fazer valer a ideia segundo a qual a formação de uma multidão (futebolística, claro) dá corpo a uma razão inquestionável, de uma só vez global e patriótica.

Não que o Terreiro do Paço seja um lugar santificado. Em boa verdade, o valor histórico da praça resulta, não de qualquer unicidade ideológica, mas das tradições que a sua história integra — dos comícios de celebração do Estado Novo, com Salazar a discursar de uma janela, até às mais diversas convulsões do 25 de Abril que aí encontraram também o seu teatro simbólico.

A FPF batizou a ocupação do Terreiro do Paço com uma expressão para fazer história: Lisboa Football Arena (escrito assim mesmo, com um curioso sobres-

salto anglosaxónico). O futebol assume-se, assim, como peça fulcral da cultura dominante, desde logo das suas linguagens. Aliás, a FPF estabeleceu acordos para reconfigurar os espaços públicos de mais de uma centena de autarquias, por

“

Uma cultura é socialmente dominante quando as suas ações incluem o poder de transfigurar os espaços públicos”.

certo com o aval dessas autarquias, através da “implementação das Fan Zone”, projeto lançado com a designação bizarra de “Pintar Portugal” (leia-se, também no *site* da FPF, notícia com data de 16 de março).

A histeria televisiva que acompanha tudo isto vai glorificando as Fan Zone, ajudando a cimentar a nossa eufórica perda de memória coletiva. Há uma legião de jovens repórteres de televisão que descrevem as respetivas vivências através do uso sistemático da palavra “loucura”. Quem os ensinou? Para os admiradores da beleza do futebol, fica uma inquietação: admirar “apenas” a seleção de Roberto Martinez, sem gritos nem tribunais, é coisa que as arenas não toleram.

Da Boca para Fora

Guram Baghdoshvili com a sobremesa “Napoleão”, uma das “rainhas do Bairro Alto”, nas palavras do chef.



FREDERICO CONCEPÇÃO

GURAM BAGHDOSHVILI

“O português está mais aberto a descobrir outras culturas gastronômicas”

KARATER

É uma estrela da gastronomia na Geórgia, apaixonado por Portugal e, em 2024, inaugurou o seu primeiro restaurante em Lisboa. Conheça o chef que estreia a nova rubrica do DN, *Da Boca para Fora*.

Guram Baghdoshvili é um dos protagonistas da gastronomia georgiana contemporânea e encontrou em Lisboa – sobretudo no Bairro Alto, que o conquistou nos anos 1990 – o lugar para contar a história do seu país através da comida. No Karater, restaurante que abriu em 2024 na Rua do Diário de Notícias, o chef tornou-se também um retrato de uma cidade em transformação, onde cozinhas de diferentes partes do mundo ajudam a desenhar uma Lisboa cada vez mais multicultural.

“Hoje eu tenho portugueses de 70 anos a vir comer comida georgiana aos domingos com um gosto que eu nunca imaginei. Pessoas que dizem: ‘Olha, eu já não vinha ao Bairro Alto há 30 anos’”, conta Guram em conversa com o DN, durante a qual se diz orgulhoso de ver o público local interessar-se

pelo seu restaurante num lugar hoje tão turístico.

“Foi uma surpresa enorme, para mim: percebi que Portugal mudou muito. O português hoje está muito mais aberto, muito mais curioso e quer provar coisas novas, descobrir outras culturas gastronômicas. E isso acabou por ser uma das coisas mais bonitas do restaurante”, complementa o chef responsável pelo Karater, inaugurado em 2024.

A história de Guram com Lisboa, no entanto, começa muito antes deste projeto – e muito antes, também, dos anos que passou a construir o seu nome na Geórgia. Quando chegou à cidade nos anos 1990, o Bairro Alto ficou-lhe na memória de uma forma que ele próprio diz não saber bem explicar. O sobe e desce nas ruas, a luz que bate nas fachadas, a sensação de um bairro que, àquela época, parecia resistir ao tempo enquan-

GEÓRGIA

POPULAÇÃO: 3.657.000

ÁREA: 69.700 km²

CAPITAL: Tiblíssi

INDEPENDÊNCIA: 1991

A Geórgia é uma antiga república soviética situada na região do Cáucaso, mesmo na interseção entre a Europa Oriental e a Ásia Ocidental, mas é atualmente considerada europeia, como demonstra a sua candidatura de adesão à UE – neste momento, suspensa por decisão do governo georgiano, mais pró-russo. A Rússia é precisamente um dos países com que faz fronteira (a norte e nordeste), e ainda a oeste com o Mar Negro, a sul com a Turquia e a Arménia, e a sudeste com o Azerbaijão. Mais de um terço da população da Geórgia vive em Tiblíssi, a capital e a maior cidade do país.

to a cidade mudava à sua volta. Foi aí que Portugal lhe entrou pela pele e, quando, anos mais tarde, decidiu regressar – desta vez para abrir seu negócio –, não havia outra zona que fizesse sentido, mesmo já muito alterada.

Nesse meio tempo houve anos na Geórgia, onde Guram trabalhou intensamente na modernização da cozinha do seu país – uma cozinha que descreve como mais milenar do que medieval, ancorada em tradições de fermentação, pão, queijo, ervas aromáticas e especiarias que remontam a mais de oito mil anos de história. “Peguei em pratos milenares e dei-lhes um vestido novo”, resume. O desafio era, ao mesmo tempo, não trair a essência, mas ajudar a que esses sabores se cruzassem com a modernidade e com o gosto europeu.

O trabalho levou-o pelo mundo – China, Índia, Américas, outras partes da Europa –, a fazer festivais, feiras e eventos de promoção da gastronomia georgiana. Levou com ele o seu sócio Pedro Macedo Carvalho, português, que foi com ele para Tiblíssi e regressou a Lisboa com a cultura georgiana dentro de si próprio. Hoje, os dois gerem o Karater em conjunto.

O que Guram não esperava era que o restaurante viesse a ser frequentado, sobretudo, por portugueses. A aposta inicial era na zona turística, como garantia de públi-

co, pois “tínhamos medo que o português não adotasse logo a cozinha georgiana”, admite. Afinal, quando saiu de Lisboa tinha ficado com a ideia de um país muito ligado à sua própria tradição cultural gastronômica, ao “bacalhau, aos risssóis e outros pratos típicos”.

Mas o que encontrou ao regressar foi outra coisa: uma cidade mais curiosa e mais disposta a sentar-se à mesa com o desconhecido. Um reflexo evidente da transformação demográfica de Lisboa, que vem atingindo o seu ritmo mais acelerado de sempre – entre 2017 e 2024, a população estrangeira residente em Portugal quadruplicou, ultrapassando 1,5 milhão de pessoas.

Para Guram, os vinhos georgianos no Karater são parte indissociável da experiência, produzidos em ânforas subterrâneas por fermentação natural, que o chef importa diretamente e que, apesar da complexidade logística, considera inegociáveis. “As vezes perco 40 dias com a importação, é muito trabalhoso, mas não há cozinha georgiana sem os seus vinhos.”

Passando por uma carta extensa “como em todos meus restaurantes”, sublinha o chef, que mantém negócios e uma constante ponte aérea com sua terra-natal, Guram vê os clientes repetirem visitas por pratos como o *Khinkali* e *Khachapuri*, clássicos da casa. Nas sobremesas, o chef gaba-se, em tom de brincadeira, de ter as “Rainhas do Bairro Alto”, com o Napoleão, um mil-folhas feito com massa e creme próprios, acabado com conhaque georgiano ou francês, e o bolo de mel.

O sucesso tem sido tanto que Guram e Pedro já preparam o próximo capítulo. Afinal, o espaço do Karater “tomou-se pequeno”, dada a procura. Ainda este verão, previsto para entre o final de agosto e setembro, abre o Chveni – que em georgiano significa “nosso”. O chef, no entanto, sublinha que este não será uma extensão do Karater. “Será um restaurante mais refinado, com cozinha aberta e outro tipo de arquitetura.”

No copo, promete vinhos portugueses e georgianos lado a lado e, no prato, uma visão ainda mais ampla, com pratos portugueses reinterpretados pela visão georgiana de Guram, e influências dos vizinhos da Geórgia – Ucrânia, Azerbaijão, Turquia, Cazaquistão. São dois restaurantes e dois conceitos distintos, mas a ideia é a mesma: a de que Lisboa é, cada vez mais, o lugar certo para contar histórias a partir de uma mesa.

E se o maior problema do vinho for a forma como falamos dele?

INQUIETAÇÃO Há uma pergunta que me inquieta há vários anos: por que é que uma das bebidas mais prazerosas do mundo, continua a ser comunicada de uma forma que quase ninguém entende?



TEXTO **FRANCISCO FORTUNA GUILHERME**
Sommelier e consultor vinico

Pensemos nisto por um instante. O vinho existe há milhares de anos, atravessou civilizações, sobreviveu a impérios. Acompanhou guerras, celebrações e casamentos. Foi criado para ser bebido, partilhado, celebrado. E, ainda assim, em algum momento da sua história recente, alguém decidiu começar a comunicá-lo numa língua própria.

Uma língua que muitos consumidores não entendem e que alguns profissionais parecem ter orgulho em tornar ainda mais difícil.

Todos conhecemos o ritual – alguém prova um vinho, fecha os olhos, inclina ligeiramente a cabeça e começa: “Notas de grafite. Casca de citrino. Pólvora. Pedra molhada. Floresta após a chuva. Ervas alpinas. Casca de árvore. Tensão mineral. Energia. Verticalidade.”

E, por entre o meio de tal enxurrada de conceitos palato-incongruentes, um mero leigo está apenas a tentar perceber uma coisa: “Gosto ou não gosto disto?”

Mas, com tanto nevoeiro *enochato*, a resposta parece nunca chegar. E é aqui que começa o problema – o recente dialeto do vinho tem uma estranha capacidade para transformar algo simples numa experiência desnecessariamente complexa.

Imagine por um momento que entra numa pastelaria, pede um pastel de nata e quem o está a atender declama: “Este exemplar apresenta notas dominantes de proteína láctea caramelizada, suportadas por uma interessante tensão entre gordura animal e estrutura farinácea.”

Se depois disto não precisar de parar e garantir que não estávamos a ser alvo de alguma invasão alienígena, garantidamente

está rodeado de pessoas peculiares.

No entanto, no mundo vínico, este tipo de comunicação tornou-se comum – ou antes, tornou-se desejável –, como se sinónimo de conhecimento isso se tratasse.

E talvez seja aqui que esta conversa se torna desconfortável para alguns: o vinho nem sempre precisou de linguagem complicada para que fosse explicado; mas muitas vezes a linguagem complicada é utilizada para o fazer parecer mais solene.

Quem realmente percebe de vinho consegue falar sobre ele sem mencionar grafite, hidrocarbonetos ou tensão mineral. Consegue explicá-lo através da emoção que provoca, do prazer que oferece, da ocasião em que faz sentido e da comida com que resulta.

Mas isso torna a conversa

“Imagine, por um momento, que entra numa pastelaria, pede um pastel de nata e quem o está a atender declama: “Este exemplar apresenta notas dominantes de proteína láctea caramelizada, suportadas por uma interessante tensão entre gordura animal e estrutura farinácea.”

acessível a qualquer leigo e algo que todos conseguem compreender pode ser visto como banal.

Os melhores comunicadores sabem isso e talvez por esse motivo surgiu, no mundo do vinho, ao longo das últimas décadas, uma curiosa obsessão por um vocabulário próprio, que apenas o seu domínio permite a entrada numa comunidade exclusiva.

E até aqui tudo certo – dialetos existem em muitas classes profissionais. O problema agravava-se quando o dialeto deixa de permitir a comunicação com quem faz a roda mexer – o consumidor.

Quando o dialeto deixa de aproximar um produto das pessoas e começa a afastá-las, quando deixa de ser uma ferramenta e passa a ser uma barreira, é nesse momento que o vinho se torna menos acessível, menos con-

vidativo e menos humano.

E isso deveria preocupar-nos – porque pouco provavelmente houve uma época tão favorável para o vinho.

Nunca tivemos tanta informação, tantos produtores interessantes e tanta diversidade, mas, ainda assim, uma parte significativa dos consumidores continua convencida de que não percebe nada de vinho, o que leva a um consumo confortável e pouco variado.

E o mais curioso?

Muitas dessas pessoas percebem mais do que imaginam: sabem distinguir aquilo de que gostam daquilo de que não gostam; sabem reconhecer qualidade; sabem identificar prazer; e sabem quando querem repetir a experiência.

E isso é muito mais importante do que identificar aromas de casca de toranja colhida numa manhã húmida de outubro.

Por isso, a pergunta que devemos trazer para cima da mesa não é o porquê de os consumidores não entenderem a linguagem do vinho, mas sim o porquê de insistirmos em falar de vinho numa linguagem diferente daquela em que os consumidores falam connosco.

Porque ninguém se apaixona por um vinho devido a uma nota de pólvora, ninguém abre uma garrafa para admirar a sua verticalidade e ninguém reúne amigos à volta de uma mesa para discutir a diferença de sabor de uma pedra seca ou molhada.

As pessoas abrem garrafas para celebrar, para conversar, para rir, para criar memórias.

E talvez seja precisamente por aí que o vinho deveria (re)começar a ser comunicado – menos como uma tese académica, mais como uma história. Menos como um código secreto e mais como um convite.

Porque, no final do dia, o melhor vinho do mundo continua a ser aquele que alguém tem vontade de voltar a beber. E, felizmente, essa continua a ser uma linguagem que toda a gente entende.

Com o apoio de

QUINTA DA
Biaia®

SUGESTÕES VÍNICAS PARA PRATOS DA GEÓRGIA

KHINKALI

Escolha um tinto fresco, sem madeira, com ou sem maceração carbónica, de afluência Atlântica. Monocasta, de preferência. Castelão, бага são bons caminhos a seguir.



NAPOLEÃO

Opte por um vinho fortificado meio seco ou meio doce. Um Carcavelos seria o caminho a seguir por ter menos açúcar, ser mais leve e fresco. Menos rico, sem perder complexidade. A salinidade iria contrastar optimamente com a doçura da sobremesa.

PSD e Chega distanciam-se na perda de nacionalidade e na lei das burcas

PARLAMENTO Ventura anuncia voto contra alterações propostas. PSD e CDS reduzem leque de crimes passíveis de perda de nacionalidade.

Os partidos da AD, que suportam o Governo, anunciaram ontem que vão apresentar uma terceira versão do decreto que cria a pena acessória de perda de nacionalidade, já vetado por duas vezes pelo Tribunal Constitucional, reduzindo o leque de crimes em relação à anterior versão. O anúncio foi feito em conferência de imprensa pelos deputados António Rodrigues (PSD) e João Almeida (CDS-PP), na véspera da votação que decorrerá hoje no plenário da Assembleia da República, mas já mereceu reprovação pública do presidente do Chega, André Ventura, que anuncia também uma rutura com a AD quanto à lei das burcas.

“Para ultrapassar a questão do veto”, e além dos crimes contra o Estado e terrorismo – que os deputados dos partidos do Governo consideram já validados pelo Tribunal Constitucional –, PSD e CDS-PP querem ver aplicada a perda da nacionalidade a quem seja condenado por homicídio qualificado, violação qualificada e associação criminosa, mas apenas quando estes crimes tenham “uma expressão aterroizante” na sociedade e opinião pública. “Não queremos afrontar o Tribunal Constitucional, não queremos de modo algum afrontar o Presidente da República”, justificou António Rodrigues.

Para ser aprovada, esta proposta necessita de maioria qualificada, por a nacionalidade ser matéria de Lei Orgânica, o que implica o voto favorável do PS ou do Chega além dos dois partidos que apoiam o Governo. Ora, o Chega, que já tinha avi-



Ventura critica propostas de alteração sociais-democratas.

sado pretender confirmar o diploma sem alterações – uma opção que os sociais-democratas, no entanto, já tinham excluído,

Além dos crimes contra o Estado e terrorismo, PSD e CDS querem incluir homicídio qualificado, violação qualificada e associação criminosa.

assim como a IL, por não quere-rem abrir uma frente de confronto com o TC ou com António José Seguro –, anunciou ontem, pela voz de André Ventura, que vai votar contra as alterações apresentadas pelo PSD tanto sobre a criação de pena acessória para perda da nacionalidade, como na chamada “lei das burcas”, em que o PSD apresentou também na terça-feira um conjunto de mudanças ao diploma do Chega já aprovado na generalidade, colocando como objetivo a questão da segurança e retirando o foco da ocultação do rosto por motivos religiosos.

Perante as mudanças propostas provenientes da bancada social-democrata, André Ventura frisou que o Chega não as aceitará. E se o Chega votar contra, na prática, vai inviabilizar a aprovação final de qualquer um dos dois processos legislativos.

“O PSD faz o jogo do PS e mostra que, na verdade, não quer mudar nada na nossa sociedade e no nosso regime legal”, afirmou Ventura “O PSD é que tem de questionar se prefere ficar sem nada, ou se prefere ficar com o consenso que já foi possível obter na Lei da Nacionalidade ou na lei das burcas”, advertiu. **DN/LUSA**

BREVES

60 crianças e jovens afogados em cinco anos

Nos últimos cinco anos, 60 crianças e adolescentes morreram por afogamento em Portugal, alertam a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI). As duas entidades lançam, na próxima semana, uma campanha de prevenção do afogamento. A faixa etária com maior número de afogamentos é a dos bebés e das crianças até aos 4 anos. Neste grupo registaram-se 20 mortes e 21 internamentos. Os casos ocorrem maioritariamente em piscinas, mas o risco é maior nos meios aquáticos naturais, dizem as autoridades.

Ministra: rede mais resistente a “apagões”

A ministra do Ambiente e Energia disse ontem que a nova interligação elétrica com Espanha vai proteger os países “contra os apagões”. “Dá-nos maior resiliência, de um lado e de outro, podemos aumentar a capacidade de produzir energias renováveis e menos probabilidade de um apagão”, explicou Maria da Graça Carvalho em Pontevedra, Galiza, Espanha. A ministra falava após a inauguração simbólica da ligação de alta tensão entre a rede portuguesa e a rede espanhola, pelas subestações de Ponte de Lima, Fontefria e Beariz.



Conselho de Administração Luis Figueiredo de Barbedo Trindade (Presidente), Kevin King Lun Ho, Vitor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira
Direção Filipe Alves (Diretor Geral Editorial), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras) **Data Protection Officer** Ricardo Ferro **Diretora Jurídica** Rita Cabral **Propriedade** Global Noticias Media Group, SA, Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: **Sede:** Rua Tomás da Fonseca, Torre E - 3º Andar 1600-209 Lisboa **Redação:** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º - 1250-166 Lisboa Tel.: 213876679 **Recursos Humanos** Ricardo Ferro **Controller** António Ribeiro da Cunha **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador)
Detentores de 5% ou mais do capital da empresa: Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNU Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP, Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias úteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt

